

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

VAGNER DE OLIVEIRA CRUZ

**MULHER E TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA
CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
(1983-1988).**

VITÓRIA

2014

VAGNER DE OLIVEIRA CRUZ

**MULHER E TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA
CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
(1983-1988).**

Dissertação redigida sob a orientação da Professora Dra. Maria Beatriz Nader apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, nível mestrado, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), como pré-requisito para conclusão do curso.

VITÓRIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Cruz, Vagner de Oliveira, 1978-

C957m Mulher e trabalho : relações de gênero na corporação da Polícia Militar do Espírito Santo (1983-1988) / Vagner de Oliveira Cruz. – 2014.

107 f. : il.

Orientador: Maria Beatriz Nader.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espírito Santo (Estado). Polícia Militar. 2. Relações de gênero. 3. Discriminação de sexo às mulheres. 4. Mulheres militares. 5. Mulheres policiais. I. Nader, Maria Beatriz, 1956-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

VAGNER DE OLIVEIRA CRUZ

**MULHER E TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA CORPORAÇÃO DA
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO (1983-1988).**

Dissertação redigida sob a orientação da Professora Dra. Maria Beatriz Nader apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, nível mestrado, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES), como pré-requisito para conclusão do curso.

Aprovada em _____ de _____ de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Maria Beatriz Nader
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Júlio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr.^a Gilsa Helena Barcellos
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr.^a Marcella Beraldo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo meu agradecimento pela oportunidade do enriquecimento acadêmico e formação profissional.

Sou grato aos professores Dr. Júlio Cesar Bentivoglio e Dr.^a Gilsa Helena Barcellos pela cordial participação em minha banca de qualificação na qual, mesmo diante do escasso tempo para a leitura do trabalho, muito contribuíram para minha pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Serra, agradeço por me conceder o período de afastamento. Tempo vital para o desenvolvimento das atividades, realização das leituras e do texto desta dissertação.

À professora Dr.^a Maria Beatriz Nader, com quem o contato, revigorou meu interesse pelo curso. Sua forma de ministrar aulas, ementas sugestivas, carisma inigualável e seriedade no cumprimento das atividades curriculares contribuíram para o desenvolvimento do interesse pela questão dos estudos de gênero do qual surgiu o desenvolvimento da presente pesquisa. A professora a quem chamo não somente de mestre e orientadora, mas também de amiga, minha honesta e merecida gratidão.

Minha esposa Caroline Amado, por sua paciência nos momentos de aflição e pela aceitação da privação da companhia em algumas ocasiões. Seu estímulo, carinho e companhia foram de grande importância para a realização deste trabalho.

Meus pais, Jorge Alves da Cruz e Prudenciana de Oliveira, e meu irmão Fabiano Cruz, além de muito terem colaborado comigo, são exemplos de vida para mim me impelindo a continuar lutando em prol do objetivo final. Obrigado!

Agradeço ainda a Capitã Edelci, meu primeiro e principal contato na Polícia Militar do Espírito Santo, por sua ajuda muito importante.

Por fim, sou grato ao eterno Deus pela forma com que conduz minha vida e me tem dado muito mais do que preciso para viver. Louvado seja o Senhor

RESUMO

Descreve a rejeição sofrida pelas mulheres ao serem incorporadas na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – PMES, do ano 1983 a 1988. Rejeição que foi fruto da construção histórica e social dos papéis de gênero, formada na medida em que os padrões ideais de comportamento foram ordenados ao longo da história sob a tutela do modelo da ideologia patriarcal, que garantiu ao gênero masculino o predomínio das relações políticas, sociais e econômicas. A opção pela PMES, como campo de estudo para as considerações, se deu pela característica profundamente machista deste espaço, enquanto ambiente social e pela oportunidade de se ter o contato direto com as primeiras mulheres a serem incorporadas na atividade policial da PMES. Usando como fonte para a observação das considerações, a extensa bibliografia relativa à temática dos estudos de gênero e a realização de entrevistas semi estruturada com uma fração dessas mulheres da PMES, confirmou-se a prática da rejeição do homem à participação da mulher na atividade policial, que, em síntese, expressa a dinâmica da relação de poder entre os gêneros feminino e masculino.

PALAVRAS CHAVES: 1. Espírito Santo (Estado). Polícia Militar. 2. Relações de gênero. 3. Discriminação de sexo às mulheres. 4. Mulheres militares. 5. Mulheres policiais.

ABSTRACT

This thesis intend to describe the rejection suffered by women when they are incorporated to the military police of Espírito Santo – PMES, between 1983 and 1988. Rejection that is consequence of social and historical construction of gender relations, formed while the ideal standards of behavior were ordered throughout history, under the tutelage of patriarchal ideology model, which granted to the male gender the predominance of political, social and economical relations. PMES, as study area for considerations proposed on this research, was chosen by its deeply sexist characteristics meanwhile it is a social environment and the opportunity of direct contact with the firsts women that were incorporated at police activities in PMES. When using extensive bibliography related to the theme of gender studies and conducting semi-structured interviews with a fraction of these women from PMES as a source of observations for considerations, it was observed the men rejection to women participating at police activities which, in summary expresses the dynamic relation of power between female and male gender.

KEYWORDS: Espírito Santo (State). Military Police. 2. gender relations. 3. sex discrimination to women. 4. Military Women. 5. Policewomen.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELAS

Tabela 01 – Rendimento, por sexo, de trabalhadores na cidade de São Paulo. 1914.....	65
--	----

FIGURAS

Figura 01 – Funcionária nos últimos retoques no “nariz” de um bombardeiro B-17F da companhia Douglas Aircraft na California Estados Unidos – Outubro de 1942.....	51
---	----

Figura 02 – Trabalhadoras durante horário de almoço na fábrica de trens Chicago and North Western Railway, Iowa, Estados Unidos – Abril de 1943.....	52
--	----

Figura 3 – Trabalhadora utilizando o ferro de passar durante a fabricação de tanques auto-selantes de gás da Goodyear Ohio, Estados Unidos.....	53
---	----

Figura 4: Alunas apresentadas no Quartel de Maruipé (1983).....	78
---	----

Figura 5: Primeira turma de sargentos da Polícia Feminina da PMES.....	84
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DPMs - Departamentos de Polícia Militar

FBPF – Federação Brasileira Para o Progresso Feminino

FIBGE - Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IFES – instituto Federal do Espírito Santo

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PMSP – Polícia Militar de São Paulo

PO – Policiamento Ostensivo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PODER E GÊNERO	
1.1. PAPÉIS SOCIAIS.....	20
1.2. GÊNERO.....	30
1.3. O CASO BRASILEIRO.....	35
2. MULHER E TRABALHO NO BRASIL	
2.1. MULHER: DA QUEBRA DE PARADIGMAS AO MERCADO DE TRABALHO..	46
2.2. FLORESCIMENTO DO FEMINISMO E ATUAÇÃO DA MULHER.....	56
2.3. CONJUNTURA ECONÔMICA.....	62
3. GÊNEROS EM CONFLITO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.	
3.1. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	70
3.2. A MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO.....	75
3.3. MULHER MILITAR: A “CONTRADIÇÃO” DE UM SEXO.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
5. REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2012 o governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou a realização de um concurso público com previsão de 6 mil vagas para soldados da polícia militar. Alegando a necessidade do rigor físico como um pré-requisito para o desempenho da atividade de soldado da polícia militar, o edital do concurso público anunciava que as vagas eram destinadas somente ao sexo masculino, uma vez que as mulheres eram socialmente entendidas como incapazes de desempenhar as atribuições de tal função.¹

Em uma observação rápida da notícia, vê-se a preocupação dos agentes do Estado em buscar a constituição de uma força policial capaz de confrontar os perigos da atividade que exige, em muitos casos e abordagens, o uso da força física. Por outro lado, uma leitura mais profunda e contextualizada no processo histórico de formação dos papéis sociais, abre-se espaço para a reflexão relativa à construção de uma sociedade dominada pelos homens que impuseram às mulheres a limitação quanto à atuação pública e a participação no mercado de trabalho, principalmente nos espaços em que se desenvolviam profissões historicamente entendidas como de exclusividade masculina.

Ao se intencionar a exclusão das mulheres, de acordo com a justificativa apresentada, os organizadores do concurso público reproduziram e reforçaram a construção cultural da divisão sexual do trabalho, na qual a sociedade falocrática determina a cada sexo suas funções sociais. Desta forma um concurso público que proíbe a inscrição de mulheres por ser voltado à carreira de policial militar, até então, tipicamente masculina, não representa um fato isolado, mas, uma evidência de um contexto histórico amplamente desfavorável à mulher na sociedade machista patriarcal.

Tal afirmativa reforça a ideia de que nas relações humanas há a existência de padrões comportamentais adotados como ideais e que são reproduzidos pelos

¹*Jornal O Dia*. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/mulheres-fora-do-concurso-para-soldado-da-pm-1.491950>>. Acesso em: 05 de março de 2013.

indivíduos como comportamentos vinculados aos sexos que acabam por orientar a participação de cada ser humano no coletivo social. Esta padronização dos papéis sociais é permeada pelas expectativas da sociedade para com as pessoas, num circuito onde a replicação desses comportamentos se faz como garantia para a aceitação social e para a produção de *status* da pessoa no espaço no qual ela se insere.

Segundo Norbert Elias, há um modelo sociológico apresentado na obra *os Estabelecidos e Outsiders*, publicado no ano 2000, na qual demonstra que à medida que uma pessoa reproduz os comportamentos padronizados como ideais, acontece o processo de aceitação do indivíduo pela sociedade. O comportamento apresentado de forma prevalente e desenvolvido pelos indivíduos na busca do seu posicionamento social é considerado parte fundamental do papel desempenhado por cada um na sociedade. Logo, a sociedade brasileira que foi formada centrada no homem, favoreceu ao longo de seu desenvolvimento a formação de uma coletividade fundamentada em privilégios para o homem e limitações para a mulher.

Norteadado pela vasta bibliografia relativa às temáticas ligadas ao estudo de gênero, a presente pesquisa se propõe a contemplar a dinâmica das relações sociais no espaço da vida pública e privada, bem como a interconexão desses ambientes com o trabalho da mulher e do homem, ao observar como as percepções masculinas têm atuado sobre o mercado de trabalho e como elas influem sobre a forma como as mulheres foram incorporadas ao espaço do trabalho masculinizado.

Para o desenvolvimento da pesquisa realizada, tomou-se o edital citado anteriormente como ponto de partida para observar como as práticas constituídas secularmente podem influir sobre o comportamento humano, que de forma geral, representa a resposta que a sociedade deu a busca da mulher em romper com o domínio masculino e conquistar novos espaços.

A opção pela Corporação da Polícia Militar como objeto de estudo se deu pela sua condição de espaço radicalmente masculino, no qual se potencializam na sociedade, as distinções construídas ao longo do tempo relativas às relações de gênero. Além disso, na corporação policial militar, devido a recente inclusão da mulher em sua participação no ano de 1983, observou-se a possibilidade do diálogo direto com algumas das primeiras mulheres a serem inseridas no contexto de uma

atividade culturalmente masculina, na qual elas puderam vivenciar eventuais formas de rejeição no que se refere a atuação feminina neste meio de trabalho.

Assim, a pesquisa não tem a intenção de apenas fazer um levantamento histórico relativo ao ingresso da mulher no mercado de trabalho da atividade policial militar. Ela busca o debate histórico quanto à construção dos papéis sociais, as constantes transformações e resistências das relações de gênero, suas permanências e modificações, a partir do ambiente da Polícia Militar como objeto de estudo. O pressuposto da pesquisa parte da contextualização do processo de formação das estruturas sociais centradas na figura masculina, que por sua vez impactaram nas relações desenvolvidas entre homens e mulheres no espaço da atividade da corporação da Policial Militar do Estado do Espírito Santo.

Embora nas últimas décadas tenha se percebido alterações nos papéis sociais dos homens e das mulheres e a nossa sociedade tenha vivenciado novas interpretações culturais quanto aos modelos de comportamento e relacionamento entre os sexos, os padrões formados ao longo do tempo influem na construção de barreiras às novas mudanças. A rigidez dos constructos sociais podem favorecer o entendimento de que estes papéis são rígidos e inalterados.

O estudo histórico relativo ao processo de formação desses papéis e sua observação de forma específica na atividade policial pode favorecer a reordenação do entendimento quanto à rigidez dos padrões de comportamento sociais para homens e mulheres. Na busca pela compreensão das transformações no âmbito cultural e sua conexão com a história, Roger Chartier, na obra *A história ou a leitura do tempo*, publicada em 2009, observa o estudo da história cultural não meramente como o levantamento das informações de caráter cultural dessa ou daquela sociedade, mas como uma das áreas mais vigorosas do debate histórico. Um campo do saber que se faz capaz de estabelecer a comunicação com diversas outras modalidades do fazer história.

Neste sentido, por sua dinâmica, surge o interesse por questões de implicações atuais, que se inserem diretamente nas relações do cotidiano dos indivíduos enquanto agentes da história. Na percepção de Chartier, as diversas modalidades do fazer história, tais como história social, história econômica e história

política, sempre se fazem enquanto conectadas à história cultural e desta dinâmica ocorre o despertar e interesse por determinados temas.

Um tema de relevante e objeto de estudo em diversos segmentos da percepção histórica, pela sua atualidade e impacto nas vivências e nas relações entre os sexos, consiste da inserção e participação da mulher no mercado de trabalho. Segundo a Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)² ano de 2012, observa-se que há um processo de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos. O indicador da participação das mulheres em idade ativa no mercado de trabalho “foi de 40,5% em 2003 para 45,3% em 2011”. Além disso, no mesmo período o percentual de participação dos homens foi de 60,8% para 63,4%, o que mostra o maior crescimento do percentual das mulheres também em comparação com o dos homens.

Não que a participação da mulher no mercado de trabalho seja algo novo. Segundo Michelle Perrot, no livro *Minha História das mulheres*, publicado no Brasil em 2008, a mulher sempre trabalhou, mesmo que desempenhando funções domésticas ou no máximo de caráter auxiliar à ocupação do marido. Assim, o dito acesso ao mercado de trabalho consiste na conquista da ocupação formal ou informal que resulte em renda própria para a mulher, renda esta desvinculada da renda do marido.

Uma vez que o mercado de trabalho durante séculos foi entendido como segmento ligado ao homem, o domínio masculino sobre a atividade laboral resultou, conseqüentemente, na exclusão da participação da mulher do mercado de trabalho e na construção cultural de sua “vocação” para o espaço da vida privada. A constituição destes modelos de comportamento para o homem e a mulher, encontrou ressonância durante os séculos em diversas modalidades do pensamento. Diferentes mentalidades, principalmente em séculos recentes, se

² Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> ibge crescimento da participacao feminina no mercado de trabalho>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

fizeram como ativas na interpretação das vivências históricas, ao produzir narrativas que se contrapunham à ascensão da mulher.

O positivismo, no século XIX, impunha à mulher a concepção de uma limitação natural ante a superioridade do homem. Na percepção positivista, para o bom funcionamento da sociedade, deveria existir uma vital ordenação hierárquica entre os sexos. A mulher ocuparia as funções de esposa e mãe, ao zelar pelo bem estar da família, e o homem, desenvolveria o papel de provedor e chefe.

A psicanálise e o evolucionismo, seguindo a mesma orientação, favoreceram a construção de distinções entre o ser homem e ser mulher. Para estas linhas interpretativas, a organização de padrões distintos para cada sexo seria uma tática de sobrevivência que por outro lado, colaborou na hierarquização dos sexos e a consequente distinção de funções sociais.

Nesse sentido, a percepção distinta quanto à sexualidade, capacidade e função social, inerente a cada um dos sexos, ao passar dos séculos recaiu na naturalização de aspetos culturais. Para o homem, as atribuições de provedor e gestor familiar, e para a mulher, zeladora dos bons costumes, tais como o afeto, a veneração e a bondade. Esta ordenação resultou ao longo do tempo na exclusão das mulheres das atividades voltadas às questões públicas, como o trabalho remunerado, exterior as atividades do lar.

Essa monopolização da atividade economicamente produtiva, de carácter remunerado, norteou as relações entre homens e mulheres ao longo da história e se fez enquanto agente de primazia e domínio dos homens em relação às mulheres. Assim, percebemos a consolidação das interpretações quanto às funções sociais de cada sexo e, por conseguinte, de cada gênero. Daí a importância da observação das alterações e possíveis impactos provocados pela ruptura desse controle masculino sobre o universo feminino, pautado no controle da atividade remunerada, e no caso da presente pesquisa, na atuação na polícia militar.

A opção pela temática relativa ao processo de inclusão da mulher no mercado de trabalho na Polícia Militar como objeto de estudo específico ampara-se na observação supracitada de Chartier, na qual ele, ao analisar o papel do historiador,

entende que a pesquisa histórica deve ser fundamentada a partir de três importantes tarefas, que são a evocação do passado, a observação dos vestígios históricos que permitam o vislumbre e a construção da narrativa histórica. Assim, ao entender, a produção histórica é possível ser capaz de promover uma interpretação digna de pertinente leitura e análise das ocorrências históricas, ao produzir a partir dos vestígios históricos a narrativa dos fenômenos vividos pela humanidade, no caso da formação dos papéis sociais e suas imposições e processo de ruptura destes constructos sociais.

Nesta orientação, a história serve como agente elucidador das inquietações epistemológicas das alterações do comportamento feminino na sociedade atual, que em nosso país, ocorre de forma acentuada a partir da década de 1970. Este período foi marcado pelo grande desenvolvimento do movimento feminista e pelo florescimento de novas mentalidades. A observação do processo de libertação da mulher do jugo masculino se correlaciona como as próprias manifestações e desenvolvimento do movimento feminista, que ganha força com a ascensão das mulheres ao mercado de trabalho.

Esta libertação também apresenta variações em suas discussões e, por isso, merecem observação e análise capaz de colocá-la dentro do contexto social, econômico e político do período histórico. Isto permite compreender os processos de modificação que sinteticamente partiram do questionamento feminista relativo à desigualdade de gênero, onde a mulher buscou a equiparação econômica e social em relação ao homem.

Na década de 1980, seguindo a observação do fluxo das mudanças, o debate feminista teve como foco a notoriedade das diferenças entre os sexos. As mulheres passavam a se preocupar com a distinção ligada ao fortalecimento da feminilidade, ou seja, a recusa da possível percepção da semelhança comportamental em relação aos homens. Era a época em que as diferenças se faziam necessárias dentro da igualdade de direitos entre o homem e a mulher.

Com o advento da década de 1990, o debate em torno da participação da mulher no mercado de trabalho ganhou novos contornos. A preocupação passou a ser a mulher enquanto portadora de identificação própria, localizada entre a busca

pela ruptura e preservação de características, que na percepção do feminismo se fazem enquanto próprias da mulher. Este cenário se estruturou a partir do entendimento da possibilidade da quebra das antigas conceituações pejorativas ligadas à condição da mulher na sociedade, sendo ao mesmo tempo coexistente com o intuito de preservar os aspectos que, segundo o feminismo, são entendidos como ligados ao ser mulher. Para o feminismo, a concepção da feminilidade se fez coerente com a da mulher profissional.

Desta forma diversos segmentos profissionais serviam de cenário para observações e análises. De certo, em sua maioria, os múltiplos ambientes de trabalho que as mulheres ocuparam nas últimas décadas, são espaços promissores para o estudo. No entanto, foi realizada a opção por um ambiente, onde os impactos desse acesso feminino são de boa visualização. Daí a opção do ambiente policial militar como espaço de estudo para as considerações da pesquisa, que se aplicará, partindo da latência desse meio constituído enquanto espaço masculino pelo caráter de sua função.

No Brasil, a organização da Polícia Militar seguiu um longo caminho em sua organização. Seu início data ano de 1831, quando o governo regencial permitiu a criação nas províncias de corpos de guardas a fim de manter a ordem pública. Naquele período a Polícia Militar se constituiu enquanto espaço reservado aos homens, ao excluir as mulheres a partir da naturalização dos aspectos sociais. Na compreensão da vivência pública como uma atividade masculina, o policiamento no Brasil nasce como ambiente naturalmente ligado ao homem. Contudo, a partir do Estado de São Paulo, por meio do decreto lei nº 24546 de 11 de abril de 1955, a mulher conseguiu o acesso à função de policial. No Espírito Santo, seguindo um caminho próprio em sua formação, a sua inclusão ocorreu no ano de 1983.

Fazendo uso do estudo de caso de caráter qualitativo por meio do método hipotético-dedutivo, a pesquisa propôs verificar até que ponto houve rejeição dos homens militares quanto à participação da mulher na corporação militar. E, para melhor compreender as nuances desse impacto, se fez importante o levantamento histórico quanto ao processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente no desenvolvimento de atividades que, durante séculos, foram tidas como eminentemente masculinas.

A opção pelo enfoque da data na qual as primeiras mulheres ingressaram na Polícia Militar do Estado do Espírito Santo se dá pela existência específica do ingresso delas na atividade policial e pelo caráter masculino da ocupação nesse setor de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa terá sua pertinência, ao se colocar útil à análise e compreensão das funções sociais de gênero, enquanto construções de caráter social. Ao trabalhar, de forma correlativa, questões como a intolerância social, preconceito, criação de estereótipos, verificar-se-á elementos que no âmbito social, servem de propulsores para o estabelecimento de movimentos, discussões e conceituações relativos às relações de gênero.

A análise dos dados dar-se-á através da busca de uma discussão que, de acordo com Peter Burke, na obra *A escrita da história: novas perspectivas*, publicada em 1992, seja capaz de promover não apenas a lavratura de uma história das mulheres, mas a construção de uma história relativa à mulher que a evoque enquanto um agente histórico.

Para verificar a formação da Corporação da Polícia Militar, a pesquisa apoiou-se na obra de Sonia Demoner³, *História da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835-1985*, publicada em 1985, e no artigo de Gelson Loiola⁴, *PMES: mais de 172 anos de história*, publicado em 2007. Tais obras foram para a realização da pesquisa na qual se trabalha as modificações e permanências sociais relativas à aceitação da mulher na ocupação de Policial Militar.

A hipótese que se trabalha é a de que ao serem inseridas nesse espaço tipicamente masculino, as mulheres sofreram um processo de rejeição que poderia ser aplicado de forma variada. Uma dessas formas diz respeito à reprodução do discurso machista de caráter limitativo da mulher no qual a mulher é vista como inapta ao exercício de determinadas funções. Outra se baseia na simulação de aceitação da presença da mulher que em seu fim apresente as características femininas por meio de elogios que reforcem sua condição de intrusa nas ocupações ditas masculinas. Ainda tem-se a percepção de que pode haver qualquer outra

³ DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835-1985*. DIO – Diário da Imprensa Oficial. Vitória/ES. 1985

⁴ LOIOLA, Gelson. *PMES: mais de 172 anos de história*. In: *Revista Preleção* - publicação institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Ano I, n. 1, abr. 2007. Vitória: PMES/ DEI. 2007. p. 19-42.

forma de ação que garante a distinção entre a capacidade da mulher e do homem. Por essas e outras práticas a mulher tem sofrido o processo de rejeição ao competir com os homens pelos mesmos postos, notadamente um mercado de trabalho tido por excelência masculina durante tantos séculos.

Enfim, a presente dissertação intitulada MULHER E TRABALHO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA CORPORAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO (1983-1988), visa observar o processo de rejeição sofrido pelas mulheres no seio da Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo, pelo fato de ser considerado um reduto de atividades tipicamente masculino até a entrada das mulheres em 1983 e por se considerar que os primeiros cinco anos da participação da mulher na atividade policial foram marcantes na latência daquele processo de rejeição da mulher em suas atividades.

No primeiro capítulo – PODER E GÊNERO – estará apresentada a definição de papéis sociais e síntese de sua formação nas sociedades marcadas pela cultura latina. Neste capítulo também se observará a influência dessa construção social especificamente sobre a sociedade brasileira e sua organização como uma sociedade centrada no machismo patriarcal enquanto modelo para as organizações familiares. Focará ainda a influência dessas construções sociais no estabelecimento de espaços específicos de atuação para cada gênero, bem como sua definição.

No segundo capítulo – MULHER E TRABALHO NO BRASIL – a pesquisa se voltará a atuação da mulher em alcançar novos espaços e conquistas sociais. Para tanto se observará sinteticamente o processo de formação do feminismo como um importante elemento propulsor da luta pelas causas femininas em sua diversidade de interesses. Mostrará também que a partir do difícil processo de quebra dos paradigmas sociais impostos à mulher, seu acesso ao mercado de trabalho se deu de forma definitiva, abrindo toda uma nova gama de possibilidades ao feminino. O capítulo demonstrará que embora a mulher tenha sofrido diversos estigmas quanto a sua participação no mercado de trabalho do Brasil e do Espírito Santo, a conjuntura econômica dos últimos anos do século XX, se fez como positiva a participação da mulher nos diversos campos de trabalho.

No terceiro capítulo - GÊNEROS EM CONFLITO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – se apresentará

suscintamente o processo de formação da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, além da forma pela qual se deu a inclusão da mulher nesta corporação. Observará ainda a partir da realização de entrevistas com oito das primeiras mulheres a serem incorporadas na atividade policial do Estado do Espírito Santo, as formas de rejeição experimentadas pelas mulheres no exercício de sua atividade como Policial Militar, tanto pelos demais membros da corporação, quanto pela sociedade.

CAPÍTULO 1

PODER E GÊNERO

1.1 - PAPÉIS SOCIAIS

O papel social é um aspecto cultural da vida humana. Sua organização se estabelece à medida que a dinâmica social ocorre entre os indivíduos, e faz com que comportamentos tidos como tradicionais ganhem força e se tornem regra. Solidificado com o tempo, geração após geração, a formação de padrões de comportamento faz com que se tenha uma percepção enganosa de que alguns fenômenos sociais sejam vistos como naturais. É como se cada pessoa fosse programada geneticamente para seguir determinados modelos de comportamento.

As necessidades de caráter econômico tiveram papel fundamental na constituição da padronização comportamental assim como as vivências decorrentes das associações humanas que favoreceram a sobrevivência da espécie. À medida que os seres humanos se organizaram em sociedades com divisões sociais e estruturas centradas no gênero, as tarefas como plantio, colheita, caça, trocas dos excedentes produzidos, criação da prole, defesa do grupo em relação aos riscos do mundo, liderança política, dentre outras atividades passaram a ser vistas como atividades conexas a mulher ou ao homem.⁵

Historicamente o papel social do homem foi ligado à virilidade e ao vigor, aspectos considerados básicos da masculinidade e que irradiam uma série de outras caracterizações para o homem como coragem, energia, força, valoração, poder, heroísmo, dentre outros que reforçam nele o símbolo de poder e autoridade, além de reforçar a masculinidade como sua representação.⁶

⁵ BRANDEN, N. *A psicologia do amor romântico*. RJ: Imago, 1992.

⁶ FALCONNET, Georges; LEFAUCHEUR, Nadine. *A fabricação do macho*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

Assim, marcado pelas caracterizações sociais da masculinidade, o homem buscou, ao longo da história, firmar determinados espaços e atividades específicas para a sua atuação. Cita-se como exemplo atividades nas quais a força física seja necessária para o enfrentamento de perigos, a tomada de decisões recorrentes ao coletivo social, ou que seja símbolo de autoridade.

Por seu turno, da mesma forma que ao longo da história o homem foi dotado de atribuições sociais, a mulher também recebeu um conjunto de categorizações quanto a sua atuação na sociedade. As características biológicas da mulher que determinaram o entendimento e as expectativas da sociedade quanto a sua atuação. A compreensão desenvolvida ao longo da história, relativa ao entendimento de que a menstruação era um símbolo da passagem da fase de infertilidade para a fertilidade, da juventude a condição adulta na qual a mulher poderia ser mãe, colaborou na associação da sexualidade feminina à sua condição de mulher na sociedade.

Gonçalves⁷ explica que na antiguidade grega, onde se consolidou grande parcela das percepções humanas quanto à padronização dos comportamentos sociais, Platão e Aristóteles entendiam que a mulher deveria ser submissa ao homem por uma razão natural e legal, ou seja, a mulher em relação ao homem teria a mesma inferioridade que o escravo tinha em relação ao senhor. Para a autora, tal entendimento justificava as diferenças entre o homem, visto como dotado de civilização, e a mulher, entendida como constituída somente de natureza. Badinter⁸ corrobora com tal expectativa ao afirmar que Aristóteles “foi o primeiro a justificar, do ponto de vista filosófico, a autoridade do marido e do pai”, ao fomentar a naturalização da hierarquia entre os sexos.

A condição de subordinação da mulher ao homem trata-se de um constructo histórico conectado às relações entre os sexos e sua participação nas atividades relacionadas a sobrevivência do grupo. Branden⁹ afirma que a medida que as atividades econômicas ligadas à subsistência da família, exercidas pelas mulheres, foram se convergindo como ocupações dos escravos, elas sofreram um

⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

⁸ BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 31.

⁹ BRANDEN, 1982. p. 30.

deslocamento quanto a sua função dentro da sociedade e “não sendo mais parceiras dos homens na luta pela sobrevivência, as mulheres passaram a ter pouca importância no mundo masculino”.

As mulheres chegaram a ser tão inferiorizadas, que diante da relação entre os sexos, o poeta grego Pallatas afirmava que o casamento “proporciona ao homem somente dois dias felizes: o dia em que leva a noiva para a cama e o dia que leva a esposa para o túmulo”¹⁰. Branden¹¹ compreende esta afirmação ao relatar que “uma esposa era dispendiosa, uma carga, e com frequência um estorvo à liberdade masculina”. Contudo, para os gregos atenienses, a função primordial da mulher era a mesma, chegar ao casamento, (instituição que tinha como um de seus maiores objetivos a procriação de herdeiros a quem legar a propriedade) sendo que o convívio com a mulher fora desta função era considerado um fardo a ser carregado ao longo da vida.

Na sociedade romana, por seu turno, as percepções quanto ao envolvimento entre os sexos experimentada pelos gregos, foram fortalecidas pelo advento da família monogâmica¹². Nessa estruturação familiar, embora a mulher tenha a autoridade sobre o cuidado da casa, tendo *status* e poder sobre os personagens ligados a ela, como os filhos e escravos, a expressão máxima da autoridade vinculava-se ao homem. É o pai e o marido que tem o poder de conduzir a família.

Esse modelo de organização familiar e social, apesar das críticas e das novas possibilidades familiares, ainda permeia a mentalidade dos indivíduos, em uma estruturação social centrada no estabelecimento de espaços de atuação para o homem e para a mulher. O homem, segundo Engels¹³, voltou-se às práticas físicas e ao debate político, e as mulheres, na condição de subordinação, foram percebidas como uma espécie de servidora, confiadas às atividades domésticas.

Assim, na Roma Antiga, o homem atuava na vida pública e detinha o controle familiar, ao formatar as aparentes prerrogativas da masculinidade, que se

¹⁰ PALLATAS apud BRANDEN, 1982. p. 24.

¹¹ BRANDEN, 1982. p. 25.

¹² A família monogâmica é entendida como a organização familiar na qual ocorre o fortalecimento dos laços matrimoniais baseados no domínio do homem sobre a mulher. Sobre o assunto, ver ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, 2009.

¹³ ENGELS, 2009. p. 83.

sobrepunham ao comportamento da mulher. Esta, condicionada à posição de reclusão e subserviência familiar, passou a viver sob a tutela do homem que, por sua vez, lhe bloqueava a participação nas posições públicas de poder.

As relações entre os sexos recaíram na bipolaridade homem/mulher, que na instância social, foi consolidada e adotada como de caráter de naturalização social. Os aspectos da masculinidade e da feminilidade se tornaram rígidos a ponto de passarem a ser entendidos como “naturais”. Afastados pelo entendimento do apropriado comportamento para cada sexo, homens e mulheres foram distanciados ao longo do tempo, de forma que cada um voltasse às atribuições entendidas como próprias de seu sexo. Desta forma, desde a antiguidade, à medida que o homem passou a exercer a condição de agente do trabalho externo às práticas do lar, a mulher fica ligada à gestação e aos cuidados com os filhos, sendo pressionada a se recolher no espaço das atividades domésticas.

Mais adiante, na Idade Média, embora estivesse presente até no campo de batalha ao lado dos homens combatentes e, em alguns casos, participado diretamente do combate, a mulher na percepção dos cronistas da época, vinculava-se a condição de auxiliadora do homem, como afirma Pernoud.¹⁴ No entanto, embora existisse a pressão para que a mulher adotasse os modelos comportamentais idealizados para ela, existiam aquelas que “fugiam” da regra imposta pelo coletivo social. Um exemplo citado por Batista e Batista Neto, é a figura icônica de Joana D’arc, que mostra a atuação da mulher em romper os padrões sociais e religiosos instituídos para a mulher.

Nascida na parte final da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), período marcado pela proliferação de doenças como a coqueluche, a varicela e a peste, pela guerra e pela destruição dos campos pelos inimigos, Joana D’arc fora possuída pelo sentimento de patriotismo que tomara conta da população francesa. Mulher de coragem, teve sua atuação militar na guerra, o que serviu como base para ser acusada de bruxaria. Chama a atenção alguns dos pontos pelos quais fora condenada: desobediência aos pais e a Igreja, tentativa de suicídio e uso de roupas

¹⁴ PERNOUD, Régine. *A mulher nos tempos das cruzadas*. Campinas. SP: Papirus, 1993.

masculinas figuraram entre as acusações que acresciam sua responsabilidade ao ousar romper com a construção social para a mulher.¹⁵

Assim, existe um afastamento entre a real atuação da mulher na sociedade ao longo da história e o padrão comportamental considerado ideal, estabelecido e perpetuado pela sociedade por meio dos seus interlocutores e que influenciaram ao logo dos séculos na construção da padronização do papel social relativo à mulher.¹⁶

Ainda na Idade Média outros elementos favoreceram a não abertura de novos horizontes à participação da mulher na sociedade. Centrada no radicalismo religioso, a mulher foi encapsulada pela Igreja na condição de agente do mal, ao ser representada por Eva, mulher na história bíblica que permitiu a entrada do mal no mundo a partir da atenção dada à serpente. Vista como Eva, a mulher passou à história como um ser perdido, sedutor, consumido pela sexualidade e pelo mal, como um agente das vontades maléficas prejudiciais à sociedade. Desta forma, a mulher, no entendimento religioso medieval, foi vista como dada ao descontrole da curiosidade, além de ser voltada à transgressão e tida como a corruptora dos valores civilizados e corretos.

Entretanto, por necessidades que Badinter¹⁷ afirma ser de ordem econômica e demográfica, a ideologia patriarcal masculina afastou as mulheres dos espaços de prática de poder impelindo-as a adoção de um modelo de vida recatada. Mesmo aquelas pertencentes a classes mais abastadas viviam a constante pressão para se manterem distantes das impurezas do pecado ao considerar que, ao dar a luz e se tornar mãe cumpridora de seus deveres domésticos e assim agindo de acordo com os preceitos religiosos e sociais estariam vivendo a constante luta de distanciamento do mal.

Afastada das impurezas do pecado, a mulher honesta e de família deveria ter a preocupação em se tornar forte no controle da sexualidade, praticante da reclusão

¹⁵ BATISTA, Jose Alberto; NETO, Jônatas Batista. *Joana D'arc*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

¹⁶ Especificamente em relação ao Brasil, DIAS reforça essa compreensão ao estudar o cotidiano das mulheres em São Paulo durante o século XIX e afirmar que os relatos escritos tendiam a reforçar naquela época os estereótipos vinculados ao comportamento feminino dentro de um quadro de preconceitos relativos a limitações impostas a mulher. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁷ BADINTER, 1985.

das influências diabólicas e da exposição ao mal que poderiam levar não só a si mesma, mas, também, o homem a perdição.¹⁸ Tal entendimento criado pela Igreja, delineou a construção da imagem negativa da mulher, em que a vida feminina sob a tutela do homem, era visto como algo fundamental para a manutenção da ordem na qual a sociedade estaria livre da influência maligna. A percepção organizada a partir deste entendimento favoreceu a negação das atividades públicas à mulher em um quadro de distinção onde ela era vista como detentora do poder de prejudicar a sociedade ordenada pelos homens. A mulher, ao longo da história, foi entendida como um ser negativo, a representação do mal e da corrupção.

Assim, ao transcender o espaço das relações entre os indivíduos componentes da família, a formação das concepções relativas à condição da mulher foi criada pela Igreja. A Igreja cristã ao procurar se consolidar como instituição de poder, controlava a sociedade e a família a partir do domínio sobre a mulher, de forma a favorecer a perpetuação dos comportamentos no espaço do coletivo social. Del Priore¹⁹, ao observar as atitudes da Igreja em relação à mulher no Brasil colonial, descreve que o estabelecimento do casamento, enquanto dispositivo útil ao controle social da Igreja promovia o controle masculino sobre a mulher.

Ao centrar-se principalmente nas questões relativas ao “risco” da prática sexual, o domínio sobre o feminino se fez enquanto bandeira de luta da Igreja pelo domínio na sociedade moderna. Duby, Barthelemy e Roncière²⁰, ao realizarem a exposição da dinâmica das casas aristocráticas, amplamente influenciadas pela Igreja, expressam que nelas o feminino vivia sob o controle total do masculino. E, embora a condição de esposa e mãe conferisse alguma autoridade à mulher, naquelas habitações o poder familiar centrava-se no poder do homem.

¹⁸ As compreensões organizadas ao longo do tempo em relação à condição da mulher na sociedade levaram ao entendimento da mulher como “*veículo da perdição da saúde e da alma dos homens*”. DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. p. 29.

¹⁹ DEL PRIORE, Mary Del. As atitudes da igreja em face da mulher no Brasil colonial. In: MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 171 – 198.

²⁰ DUBY, Georges; BARTHÉLEMY, Dominique; RONCIÈRE, Charles de La. A vida privada nas casas aristocráticas da renascença feudal. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. (orgs.). *História da Vida Privada*. Da Europa Feudal a Renascença. São Paulo. Cia da Letras, 2011. p. 152-165. V, 2.

A sistemática busca pelo controle do corpo e das práticas femininas objetivava a manutenção da ordem do poder. Assim, a Igreja trabalhava na perpetuação do modelo social hierárquico centrado no homem ao fazer do amor e da sexualidade, sinônimos de doença capaz de corromper o ser humano. E, a esta compreensão se conectava o aparato biológico, o sentimento e a doença, de maneira a imprimir busca pelo controle e cura do prazer sexual. Sendo doença, o controle e a cura do prazer sexual exigiam tratamento.

Desta forma a Igreja restringia a atuação da mulher na sociedade, quando impunha regras de comportamento para controlar a sexualidade feminina, além de fortalecer o papel do homem no controle da vida pública, o que limitou a atuação da mulher às paredes do espaço doméstico. Toda estrutura social construída a partir desta organização intelectual relativa ao papel da mulher tinha por objetivo o fortalecimento das estruturas do machismo patriarcal na qual o homem é o detentor do poder e da autoridade sobre os indivíduos.

Para a religião e, conseqüentemente, para a sociedade, a mulher honrada e vista como ideal a ser seguido, deveria ser controlada e excluída de qualquer envolvimento de tomada de decisões, uma vez que esta prática era socialmente percebida como aquela que deveria ser exercida pelo homem.²¹ Em ressonância à compreensão da Igreja, a Medicina, sob a tutela do Estado apresentou argumentos técnicos a fim de comprovar a fragilidade da mulher em relação ao homem.

Numa visão elaborada durante os séculos, desde a antiguidade, a Medicina entendeu que diante das vivências públicas, a mulher se expunha e arriscava o espaço doméstico já consolidado com sua principal ocupação social, ou seja, o cuidado com a família, uma vez que entendia a mesma como portadora de caráter biológico frágil. Del Priore²² afirma que a mulher foi considerada como ser de *status* inferior, ao passo que chegou a ser “comparada por alguns médicos à galinha, que tinha por exclusiva função portar os ovos”.

Esta visão deturpada e inferiorizada da mulher foi algo tão consistente e organizado que a busca pelo controle de sua sexualidade e a recusa ao prazer levou

²¹NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

²² DEL PRIORE, 2011. p. 34.

a constituição de manuais de Medicina. Em 1599, o título *O antídoto do amor* em um desses manuais expressava a visão da Medicina em relação à fragilidade feminina. A obra denotava a ideia do amor e, conseqüentemente, do prazer como uma doença passível de cura. Observava que as reações percebidas nos indivíduos “contagiados” apresentariam características patológicas de doença.²³

Ligia Bellini, no artigo *Concepções do corpo feminino no Renascimento: a Propósito de universa mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603)*, presente no livro *O corpo feminino em debate*, publicado em 2003, descreve que no século XV, embora existisse a busca da ruptura do misticismo relativo ao corpo da mulher, mantinha a ordenação social centrada no binômio homem versus mulher.

Mesmo eventos de considerável impacto sobre a sociedade como a Revolução Francesa, inspirada nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, não proporcionaram grandes alterações na percepção da posição da mulher na sociedade. Exponente daquela Revolução, Rousseau²⁴ fortaleceu a compreensão do domínio econômico familiar pelo homem, indivíduo responsável em prover as necessidades para a sobrevivência da família. Na compreensão do Rousseau os vínculos entre pais e filhos, se mantêm enquanto existir a dependência econômica, e aquele que provém e exerce o poder. Desta forma, a família se apresenta também como o espaço primário da autoridade do homem, do pai e do chefe da família.

Branden²⁵ corrobora na explanação do pensamento moderno a percepção de que, mesmo os teóricos iluministas que são apresentados como agentes de ruptura das estruturas ideológicas prevalentes em sua época, não favoreceram à integração da mulher ao espaço público do poder. Suas interpretações não construíram entendimentos diferenciados daqueles que vieram antes deles quanto à participação da mulher, uma vez que

ao aceitarem a divisão secular de uma pessoa, entre metades conflitantes de corpo e espírito, asseguraram que a paixão física e a valorização espiritual permaneceriam igualmente sem integração nas relações entre homens e mulheres.²⁶

²³ DEL PRIORE, 2011.

²⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques, *O contrato Social*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

²⁵ BRANDEN, 1992

²⁶ BRANDEN, 1992. p. 37 e 38

No entendimento de Vaitsman²⁷, mesmo a ruptura da mentalidade promovida pela ilustração que trabalhou em romper a submissão pela ordem natural, emplacou um regime ligado ao controle e execução do trabalho. Os iluministas ao trabalharem a quebra do poder aristocrático da nobreza e promover a construção do ideal de liberdade e igualdade, não se preocuparam em estender os direitos conquistados à mulher. A posição ripária da mulher nas relações sociais e sua dependência econômica em relação ao homem mantinham a condição de domínio entre os sexos. Del Priore²⁸ ao citar o “esquecimento” dos agentes organizadores do Contrato Social em relação ao posicionamento da mulher na sociedade, reforça a inexistência de preocupação com uma possível ascensão social da mulher.

Sendo a Revolução Francesa concomitante ao advento da industrialização e do fortalecimento do princípio de domínio da propriedade privada, a conjuntura socioeconômica daquele período, centrada nas questões de poder econômico, permitiu ao homem a garantia da solidez dos mecanismos de controle sobre a mulher. Emergia no cenário a organização social na qual as concepções ligadas à hierarquização, procedente do desenvolvimento capitalista industrial, se irradiou sobre as relações entre os sexos ao emplacar um modelo de domínio entre os gêneros.

Desta forma, os agentes intelectuais da Revolução Francesa também colaboraram na estruturação do pensamento da limitação do papel social da mulher aos estereótipos constituídos quanto a condição feminina, da mulher reclusa ao espaço privado e afastada do espaço público.²⁹

Apesar do caráter transformador da Revolução Francesa, o peso das tradições mantiveram firmes as estruturas prevalentes para o público e para o privado em um quadro onde os desdobramentos das transformações propostas

²⁷ VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstância pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

²⁸ DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo, SP: contexto, 2000. p. 217-235.

²⁹ HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 18-46. V, 3.

pelos iluministas não produziram de imediato a libertação da mulher.³⁰ Essas constituições históricas favoreceram de forma crescente a reclusão da mulher no espaço privado, ao ponto de ainda no século XIX, quando se observa que a industrialização favoreceu antigos estigmas relacionados à mulher.

A transição do modelo colonial agrário para o modelo industrial embora tenha exercido a alteração da atuação da mulher no cenário social, não oportunizou em si estímulos à modificação da condição da mulher. Na realidade, mantinha o caráter complementar e subordinado da mulher ao homem uma vez que,

a penetração do capitalismo industrial europeu no Brasil dinamizou a vida social e, como já observamos, a vida privada. As “enclausuradas nas alcovas” tornaram-se “antifuncionais”. A corte requeria a “mulher de salão”, a “mulher de rua”. Os grandes negócios e o pequeno comércio exigiam uma e outra respectivamente. A mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações.³¹

Assim, embora aparentemente o florescimento do comércio e da indústria tenha dado nova visibilidade à mulher, ela ainda continuava presa à condição de complementaridade ao homem. Essa noção ao invés de promover a liberdade, impunha à mulher a situação de limitação e dependência, de forma que sua exposição reforçasse a condição do homem na condição segundo a qual,

o patriarcado, unindo-se ao capital, mantém as mulheres em ocupações segregadas e mal remuneradas, dependentes economicamente dos homens porque ganham salários baixos e subordinadas a eles na família, onde lhe prestam serviços gratuitamente.³²

No contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, ocorre a integração da classe operária e a ideologia do patriarcado, que por sua vez, teria sua origem “vinculada ao surgimento do Estado”³³, a mulher além de permanecer atrelada a condição de limitada, tem sua atuação nas mesmas ocupações desenvolvidas pelos

³⁰ GONÇALVES, 2006.

³¹ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 119.

³² BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, 1990. p. 50.

³³ CAMACHO, Thimoteo. *Mulher, trabalho e poder. O machismo nas relações de gênero da UFES*. Vitória: EDUFES, 1997. p. 27.

homens, vista como negativa. Dessa forma, os homens buscaram desenvolver o controle sobre as mulheres por meio da exclusão de determinadas atividades tradicionalmente masculinas.

A mulher ao desempenhar as mesmas funções que o homem nas fábricas representaria uma ameaça aos ganhos dos trabalhadores, uma vez que eles poderiam ter seus salários rebaixados, além disso, prejudicaria também a imagem construída da feminilidade da mulher e ao poder do homem.³⁴ Mesmo com as prevalências das sólidas estruturas constituídas ao longo de séculos, nas quais são inseridas as percepções esperadas de submissão para a mulher e de autoridade para o homem, alguns elementos favorecem a abertura dos debates relativos ao gênero.

1.2 - GÊNERO

Debruçar-se sobre a temática das relações de gênero, implica necessariamente entendê-lo com elemento ligado ao processo de desconstrução das identidades sociais proposta pelo Movimento Feminista. Centrado no debate relativo às identidades sexuais formadas ao longo do tempo, o estudo de gênero se fortalece como objeto de debate feminista, ao favorecer a ressignificação da condição masculina e feminina na sociedade.

Ao propor a discussão sobre as relações de gênero, é preciso focar a atenção no próprio feminismo como um segmento dos movimentos sociais que buscam denunciar as diversas formas de opressão presentes na sociedade, que no caso específico do feminismo, procura promover a igualdade social na relação entre os sexos.

Com suas raízes no passado, o feminismo não deve ser entendido como um movimento de caráter centralizado ou recorrente apenas em nossos tempos, pois

³⁴ HALL, Catherine. Sweet home. In: PERROT, 2009. p. 47-76.

“revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado”³⁵. Sua ocorrência se liga a todo ambiente onde ocorra a hierarquização dos papéis sociais atrelados à condição sexual.

A resposta dada por John Quincy Adams³⁶, um dos líderes da Guerra da Independência dos Estados Unidos, a sua esposa, quando questionado por ela sobre a inclusão da condição de igualdade da mulher em relação ao homem na lei, mostra como a hierarquização prevalece nas relações,

quanto ao seu extraordinário código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em todo o país. Crianças e aprendizes desobedecem, escolas e universidades se rebelam, índios afrontam seus guardiões e negros se tornam insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimidação de uma outra tribo, mais numerosa e poderosa do que todos estes descontentes (...) Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino.

Tal resposta revela o ambiente no qual floresceu nos últimos séculos a luta da mulher por uma situação igualitária em relação ao homem, ao tempo que também mostra a busca do masculino em restringir o espaço de atuação da mulher. Além disso, mostra que ao mesmo tempo em que o homem procurou impor o domínio, a mulher buscou rompê-lo. E, se durante toda história da humanidade, as mulheres se aproveitavam das brechas possíveis para sua afirmação e atuação no poder, foi na segunda metade do século XX que ocorreu o aquecimento dos debates relativos ao gênero. Inserido no quadro de articulação feminista que ganhava força ao migrar de seu caráter panfletário para o debate sobre temas mais sofisticado, a temática do gênero abria novos espaços para a interpretação dos papéis sociais.³⁷

O fortalecimento desses debates em relação à condição do homem e da mulher nas relações sociais fomentou a abertura de novos espaços de atuação para elas, tanto que, no período “Entre os anos 1970 e os dias atuais, principalmente no mundo capitalista ocidental, o papel das mulheres vai adquirir cada vez mais

³⁵ ALVES, Branca Moreira. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 9.

³⁶ ADAMS, John Quincy. Apud ALVES, 2007. p. 31.

³⁷ CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero*. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.

importância e poder no mundo da política, das empresas, nos governos e na esfera doméstica”³⁸.

Essas modificações que levam a repensar da participação da mulher na sociedade, que trabalham em reordenar as relações entre os homens e as mulheres e que tem no estudo de gênero um importante catalisador, não implicam em erigir uma barreira entre os sexos ou mesmo propor uma disputa pelos espaços de atuação. O debate de gênero não representa uma guerra por supremacia do poder, antes busca-se a quebra da rigidez de identidades entre os sexos.

Os movimentos feministas ao se debruçarem sobre as questões do cotidiano promoveram modificações de interpretação das funções sociais atreladas à mulher. Fortalecidos em suas três ondas, da virada do século, dos anos entre 1960 e 1970 e o dos anos 1990 até os dias atuais, os movimentos feministas, de modo geral imprimem o entendimento da mulher como ser capaz e ativo na sociedade.

Ao partir da busca pela conquista de direitos civis no século XIX, os movimentos feministas transformaram “[...] o acesso das mulheres ao trabalho, à educação, à saúde e ao prazer”³⁹. No entanto, mesmo com as conquistas daquele período, as interpretações quanto aos papéis sociais encontravam-se tão sólidas que não promoveram modificações profundas relativas ao entendimento da participação da mulher na sociedade, ou seja, não implicou, por exemplo, na formação de uma nova representação em questões como a maternidade e a domesticidade enquanto espaços da feminilidade.

A luta pela igualdade entre os sexos fortalecida a partir dos anos de 1960 e 1970, e que ocorre ainda em nossos dias, ganha espaço a cada dia e ressalta a importância dos debates relativos ao estudo de gênero. Vivemos atualmente o período da terceira onda feminista, onde esse movimento ampliou sua militância ao atingir reivindicações ligadas ao desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres em relação, por exemplo, a sua saúde e segurança.

³⁸ DANTAS, Marcelo. Masculino, feminino, plural. In: Maria Ester de; DANTAS, Marcelo. (orgs) *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 1-20.

³⁹ MELLO, Soraia Carolina de. O emprego doméstico do Mulherio (1981-1988). In: *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 23, 2009. p.214-230.

Além de trabalhar a igualdade civil como um direito da mulher cidadã, os movimentos feministas atualmente operam no reconhecimento das necessidades próprias dos indivíduos, e propõe políticas específicas para as necessidades particulares daquelas que sofrem com os históricos estigmas sociais. Para isso a conceituação do gênero como capaz de romper as solidificadas posições sociais para os homens e as mulheres se faz como importante ferramenta.

Sendo o gênero um termo multifuncional da língua portuguesa, uma expressão de ampla aplicabilidade, qual a representação da expressão gênero dentro das Ciências Humanas? Como ele é capaz de promover modificações? Heilborn⁴⁰ explica que a expressão gênero tomada da gramática, se relaciona as significações classificatórias dos aspectos culturais colocados sobre cada sexo com suas particularidades biológicas.

O gênero se relaciona a percepções culturais atribuídas aos corpos no decorrer da história. Distinguindo-se da classificação biológica macho e fêmea, o gênero confronta a categorização centrada no sexo que foi que engessou os espaços de atuação para os homens e as mulheres ao longo da história e que construíram os entendimentos quanto à feminilidade e da masculinidade. O espaço biológico não se impõe sobre o gênero.

Para Alvarez⁴¹, o gênero é algo de caráter social, político e histórico ligado a um ou outro sexo, não se enquadra, portanto como algo meramente definido por questões biológicas e assim imutáveis, como ser macho ou fêmea. Não sendo o comportamento imutável, mas forjado pelas relações de âmbito cultural e social, Heleieth Saffioti⁴² o entende como um elemento de conceito aberto. Já Scott⁴³, o define como uma forma de se referir as identidades de caráter subjetivo para homens e mulheres, como algo imposto pelo viés social a um corpo, que com o passar dos séculos foi paulatinamente moldado tomando a conotação de um

⁴⁰ HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A Antropologia da mulher no Brasil. In: *Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. p. 93-124.

⁴¹ ALVARES. 1986, Apud CAMACHO, 1997.

⁴² SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁴³ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 5-21.

determinado padrão de comportamento, sendo “uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”.

O termo gênero se aplica como complementação e como nova referência à utilização da expressão “papéis sexuais”. O gênero não pode ser percebido como instintos enraizados nos seres biológicos, são “desencadeados, tão somente, por processos orgânicos, geneticamente determinados, no plano psicológico”⁴⁴.

Embora a constituição biológica marque o conjunto de nossas características físicas, o biológico não se faz como único aspecto a inferir sobre o comportamento. O comportamento é cultural. Assim, o contato com outros humanos e as relações interpessoais é o que orienta a formação dos valores sociais e favorece determinados comportamentos sociais.

Sendo o gênero um elemento cultural, certamente as percepções quanto as suas caracterizações comportamentais sofrem variações de acordo com as sociedades nas quais os indivíduos estão inseridos, onde apesar da possibilidade de infinitas representações, em linhas gerais se forjou que “a condição feminina está marcada por uma maior ou menor exclusão da esfera pública ou política das sociedades e, em contrapartida, por sua eterna associação às tarefas de cuidado com a prole”⁴⁵. Nader⁴⁶ mostra que “tanto na cultura ocidental, até bem pouco tempo, como na oriental, até o presente momento, particularizando nesta última a islâmica, os papéis sociais são delineados com muita rigidez”.

Contudo, no contexto democrático experimentado pelas sociedades ocidentais, especificamente na América Latina, as aberturas democráticas no campo político, apesar de ainda haver a manutenção do rígido papel masculino, seguiram modificações, como o estímulo à educação, maior liberdade para o debate político, ampliação e fortalecimento dos meios de mídia, que conseqüentemente resultam na constituição de abertura de espaços para repensar os comportamentos sociais organizados e prevalentes.

⁴⁴ ULSON, Glauco. Ser homem nos dias atuais. In: BOECHAT, W. (Org.). *O masculino em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 72-80.

⁴⁵ HEILBORN, 1992. p. 101.

⁴⁶ NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. In: *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14. 2002. p. 461-480.

Câmara e Cappellin a este respeito inferem afirmando que:

as mudanças ocorridas durante os anos 1990 nos cenários brasileiro e latino americano nos incentivam a retomar o debate sobre a relação entre cidadania e gênero. Após os processos de transição democrática, os países da América Latina são hoje cenários de profundas transformações.⁴⁷

Esta visão é reforçada por Nolasco⁴⁸ ao afirmar que “o fortalecimento das democracias no mundo funciona como pano de fundo para as consolidações das conquistas femininas”.

Além disso, a militância da mulher ganhou força no advento dos processos industriais e na possibilidade do controle da contracepção. O primeiro, ao gerar a necessidade de mão de obra, principalmente nos meios urbanos, oportunizou às mulheres a possibilidade de renda própria. O segundo deu a mulher o controle sobre o seu próprio corpo e assim sua sexualidade, o que também favoreceu a renovação das percepções quanto aos papéis femininos e masculinos na sociedade, assim como para os espaços ao longo da história destinados a cada gênero.

1.3 - O CASO BRASILEIRO

A formação cultural brasileira tem suas bases firmadas na herança européia trazida pelos portugueses. Desde a chegada dos portugueses e a implantação do projeto colonial lusitano, a cultura brasileira entende que o homem deve ocupar posição de preponderância em relação à mulher nas relações sociais e na estrutura familiar. Esse entendimento favoreceu o estabelecimento da sociedade brasileira centrada no homem e seus privilégios.

⁴⁷ CÂMARA, Cristina. CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva. (orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 353-352.

⁴⁸ NOLASCO, Socrates. O masculino: um dilema contemporâneo? In: *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 17-49.

Na busca pelo entendimento da organização da cultura brasileira, como uma sociedade que privilegia o homem como dominante, é importante se debruçar sobre o tema família. Afinal, no espaço do ambiente familiar é onde ocorrem as primeiras práticas de socialização. Nele, os seres humanos iniciam seu convívio social e formatam os valores culturais que marcam os indivíduos por toda vida. Entender a família como um ambiente econômico e social no qual o homem se apresenta como provedor, favorece o entendimento da padronização cultural da família brasileira ligada ao patriarcado e estruturada no binômio masculino/feminino.⁴⁹

Corroborando com tal entendimento, Colbari⁵⁰ quando descreve que “o universo familiar é o eixo que estrutura a condição de provedor da família, [...], é a fonte da motivação para o trabalho”. É na família que os indivíduos no processo de socialização e aprendizagem, memorizam as responsabilidades sociais. Organizada no caso brasileiro sob a orientação patriarcal, nela, o homem gradativamente aprende a necessidade de se responsabilizar pelas despesas, provisão e controle social, de forma a fortalecer seu poder, e a mulher tem a sua iniciação nas tarefas domésticas, como um afazer do cotidiano, no qual se ocupa das atividades privadas.

Para visualizar os impactos do processo de socialização ocorrido sobre os indivíduos nas famílias, basta observar as perpetuações culturais presentes nas representações comportamentais embutidas nas brincadeiras infantis estimuladas nesse ambiente. Os meninos geralmente brincam de carrinho, futebol, polícia, super herói, dentre outras brincadeiras que projetam atividades como a busca diária pelo sustento familiar, a prática esportiva e o enfrentamento dos perigos na busca pela defesa do grupo.

Por sua vez, as meninas são estimuladas a optarem por práticas como a de professoras, de enfermeiras, de donas-de-casa, de maneira a projetar-se à responsabilização com os afazeres domésticos, ensino e cuidado com os doentes. Desde a infância, seguindo os valores aprendidos na família, meninos e meninas são orientados a adotar um papel masculino ligado ao público ou feminino ligado ao privado.

⁴⁹ HEILBORN, 1992.

⁵⁰ COLBARI, Antônia L. *Ética do Trabalho*. São Paulo: Editora Letras e Letras/Ed. da FCAA/UFES, 1995. p. 11.

Sendo a família, independente do modelo experimentado, o espaço primeiro das práticas sociais de qualquer indivíduo, nela, a partir das influências e estímulos aplicados, se constroem a percepção de masculino e feminino. Tais construções, uma vez marcadas nos indivíduos, servem de base para os julgamentos e interpretações durante a vida das pessoas.

Mas o que vem a ser uma família? Sendo uma instituição social de ampla conceituação, Prado⁵¹ mostra a complexidade das diversas interpretações feitas a seu respeito. Na obra *O que é família*, a autora expõe que apesar de ser a menor célula da organização da sociedade a família, apresentou durante a história uma diversidade em sua constituição e padronização. A autora interpreta que a família se forma a partir de fatores como a ligação sanguínea, prática da adoção ou o casamento e depois de formada serve como um espaço de reprodução e consumo onde se impõe a ordem estabelecida socialmente quanto os papéis sociais, trabalho e hierarquia.

Neste entendimento, a família se constitui ligada a três elementos, quais sejam, a procriação, o consumo e o trabalho, sendo os mesmos utilizados como aspectos do domínio. Em se tratando do primeiro, a Igreja teve um importante papel na busca da garantia de sua hegemonia e força social, pois controlava e orientava a instituição familiar. Para isso, fez uso da condição biológica da mulher como responsável pela gestação dos filhos, além disso, a Igreja impôs a necessidade do controle de sua sexualidade. Ao orientar o sexo como algo negativo, porém útil na geração dos filhos, a sexualidade feminina foi vista ao longo da história das sociedades cristianizadas como algo que deveria ser evitado a todo custo, numa ordem onde o controle biológico do corpo da mulher se conecta ao seu controle social.⁵²

O segundo elemento relaciona a família à sua condição de espaço de consumo. À medida que cada ser humano apresenta necessidades básicas para sobrevivência, existe a importância da presença do provedor na estrutura familiar, alguém que se encarregue da responsabilidade de custear as despesas ou prover as necessidades da família. Partido da ideia de que tais necessidades são

⁵¹ PRADO, Danta. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵² SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

solucionadas pela execução do trabalho, o terceiro elemento, que proporciona renda ou o sustento, faz daquele que se encarregue por sua realização a autoridade familiar. Como historicamente o homem desempenhou essa função, este papel social foi solidificado como espaço de atuação masculina.

Em contrapartida a atuação do homem como provedor familiar, a mulher passou a ser vista como responsável pelas demandas internas da família, desvinculadas diretamente à obtenção dos recursos. Enquanto o homem enfrenta a sociedade na busca por aquilo que a família precisa para sobreviver, atividades como o cuidado com o lar, educação dos filhos, preparo do alimento, consideradas complementares a do homem, foram vistas como responsabilidade da mulher. Esta distinção orientou ao longo do tempo a solidificação da oposição masculino/feminino.

Nota-se que a partir das percepções conexas ao entendimento da mulher como responsável pela gestação da prole do marido e os cuidados a ela destinadas, e do homem como chefe familiar, é que se forma o entendimento da família como espaço de divisão sexual.

Para Bruschini⁵³, a partir das relações entre os indivíduos e a capacidade de provisão do marido é que se formaria o grau de subordinação e dependência da mulher em relação ao homem. Para Prado⁵⁴, a família corresponde ao espaço menor da sociedade, onde por meio da imposição de diversas responsabilidades o estado, de acordo com o momento da história, consegue exercer a autoridade sobre as pessoas. Neste entendimento, a família é a menor, e ao mesmo tempo, a mais importante célula da constituição social, é o micro espaço das relações desenvolvidas no aspecto do macro espaço da sociedade.

Ao longo do tempo, à medida que a constituição da família passava por transformações econômicas, a condição do homem como dominante não foi abalada, antes, fortaleceu. Colbari⁵⁵ reforça que o domínio do homem tem base no aspecto econômico. A mesma compreensão tem Samara ao dizer que “as funções

⁵³ BRUSCHINI, 1990.

⁵⁴ PRADO, 1981.

⁵⁵ COLBARI, 1995.

de provedor e protetor garantiam a dominação masculina em um tipo de sociedade onde o poder de decisão estava nas mãos dos homens⁵⁶.

Preocupado em manter o *status* da masculinidade dominante, ao longo do tempo, o homem procurou excluir a mulher da participação no mercado de trabalho. Para isso, o homem e as instituições controladas por ele erigiram e fortaleceram aspectos das relações sociais destinados a exclusão da mulher, sintetizados nas prerrogativas construídas para o feminino, nas quais,

a exaltação da importância do papel da mulher na reprodução física e ideologia do grupo familiar será o recurso retórico e o artefato ideológico utilizado para justificar sua permanência no lar e seu afastamento a não ser em situações de dificuldades familiares.⁵⁷

Sendo o feminino percebido como conexo ao lar, seu envolvimento em ocupações ligadas a vida pública, como o trabalho formal, era uma aventura a ser evitada. Neste entendimento, o trabalho se fez enquanto ponto de partida para a busca pela compreensão da integração social centrada na hierarquização sexual. Dele se estrutura a ordenação entre os membros da unidade familiar. Tal ordenação, de caráter hierárquico, favoreceu o estabelecimento e a consolidação dos modelos comportamentais dos indivíduos.

Tal domínio, no Brasil, foi marcado pela economia colonial, cujas características favoreceram a organização de uma sociedade que, via de regras, sofria grande influência das figuras de poder locais, centradas no homem, latifundiário, dono de escravo e chefe de família. Embora a família brasileira estivesse inserida em um vasto arcabouço de organizações familiares, a partir da ação e poder dos grandes proprietários rurais do período colonial, a família patriarcal se fez como importante referência na organização da estrutura familiar brasileira, sendo a estrutura na qual se apoia os motes da organização social do Brasil. Centrada na pessoa do patriarca, de onde emanava a autoridade, e na carência da proteção não recebida pelas instituições legais de poder, a família patriarcal fazia-se valer com foco irradiador das decisões ligadas aos indivíduos sob sua influência.⁵⁸

⁵⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 59.

⁵⁷ COLBARI, 1995. p.122.

⁵⁸ NADER, 2001.

A autoridade do patriarca não se dava somente sobre as pessoas a ele conectadas, mas influía também sobre as decisões de ordem políticas, fazendo-se quase como uma extensão do estado ausente. Assim, o patriarca, figura de poder e autoridade, se construiu como um ideal de masculinidade. Sua importância e consideração enquanto modelo, agia como orientador das demais organizações familiares existente na história do Brasil, desde o período colonial até nossos dias.

Assim, a família patriarcal brasileira se fez enquanto eixo norteador quase que como um fio central da qual se comparava ou pendiam as demais estruturas familiares. Corrêa⁵⁹ fortalece este entendimento ao descrever a família patriarcal enquanto padrão social da família no Brasil, ao mostrar que todos os outros modos de organização familiar aparecem como subsidiários dela.

A fixação pelo ideal da mentalidade patriarcal venceu os séculos do colonialismo brasileiro ao chegar ao século XIX quando, de certa forma, perdeu força, mas não deixou de ligar aos séculos vindouros a fórmula norteadora de coordenar as relações entre os sexos. Tanto nas relações domésticas, quanto no mundo público, apesar das mudanças urbanas e do crescimento industrial, as características principais da ideologia patriarcal de posicionar o homem como principal controlador da sociedade mantiveram-se e muitas vezes se fortaleceram naqueles espaços.

Para Elias⁶⁰, esses espaços até o presente momento da história, se apresentam como ambientes de solidificação de mentalidades, pois favorecem a condição de domínio do homem sobre a mulher. Para o autor, o controle dos mecanismos de fixação de padrões de comportamentos sociais gera, a coesão e a busca pela manutenção desses modelos a fim de garantir e perpetuar o domínio masculino que, no Brasil, se deu nos moldes do patriarcalismo. E, orientado por este fator, o homem trabalhou, consciente ou não, na busca da ordenação social que lhe garanta preponderância.

⁵⁹CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1993. p.15-42.

⁶⁰ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Atualmente, poucos espaços são considerados bloqueados às mulheres. Elas convivem lado a lado com os homens, vistas hoje com companheiras e iguais em diversos segmentos da sociedade. A mulher tem rompido com as categorizações vistas como naturais ao sexo feminino, apesar de ainda algumas barreiras permanecerem, na tentativa de impedir a condição de plena igualdade entre os sexos.

Ao se observar a história do ocidente cristianizado, no tocante a constituição do comportamento social esperado para cada um dos sexos, ocorreu uma espécie de conflagração dos homens. Ainda que não por uma orientação maquiavélica⁶¹, no sentido de impor a mulher um papel dito como inferior e destinado às relações vinculadas a vida privada, o homem buscou seu fortalecimento na sociedade, na economia e na política.

Nem mesmo o advento das transformações que surgiram na virada do século XIX para o século XX, representaram uma nova compreensão da condição da mulher. No Brasil, a falta de preocupação com a possível valorização da mulher pode ser percebida na sua exclusão do processo eleitoral estabelecido pelas leis republicanas. A constituição de 1891, por exemplo, em seus artigos 26 e 41, impedia a mulher de votar e ser votada. Pela lei, na recém formada república brasileira, a mulher estava fora das práticas políticas.⁶² Sob a militância da mulher, somente com a reforma eleitoral do governo de Getúlio Vargas em 1932, por meio do decreto nº 21076 de 24 de fevereiro, é que ela alcançou o poder de voto e a assim sua participação no cenário político. Apesar da conquista do direito ao voto, algumas restrições persistiram. Até o ano de 1934 somente mulheres casadas que tivessem aprovação do marido e as solteiras e viúvas que apresentassem fonte de renda própria tinham a permissão para exercer o direito ao voto e somente em 1946 a obrigatoriedade do voto passou a valer para ambos os sexos.⁶³

⁶¹ Segundo o dicionário da língua portuguesa a concepção de algo enquanto maquiavélico, corresponde a algo realizado de forma ardilosa, sem escrúpulos, negando-se toda forma moral.

⁶² BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1760/constituicao_1891_texto.pdf - 10/06/2013>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

⁶³ 82 anos da conquista do voto feminino. Site institucional do Tribunal Regional Eleitoral < ht

No entanto, mesmo tendo conquistado o direito de participar da política, o código civil de 1962 imputava ao homem a condição de chefe da família e subordinava à mulher a posição de auxiliadora. Este código, no artigo 233, definia o homem como representante legal da família, administrador dos bens comuns e particulares da mulher e provedor familiar, expondo a compreensão da condição limitada da mulher, existente ainda em meados do século XX.⁶⁴ Ramos⁶⁵ afirma que a permanência histórica do domínio do homem sobre a mulher foi tão consolidada ao longo do tempo que, ainda no século XXI, mesmo com as modificações legais conexas a legislação dos direitos conquistados pelas mulheres, elas ainda são vistas socialmente como inferiores e assim passíveis do domínio do homem.

Apesar das permanências históricas e culturais sobre a condição da mulher na sociedade, para Samara⁶⁶ o entendimento da mulher enquanto submissa ao marido, o detentor do poder, não pode ser utilizado como uma rígida regra imposta e aceita. No entendimento da autora, mesmo no arcabouço da estrutura agrária machista que predominou no Brasil durante séculos, o simples entendimento da mulher dotada de mera subserviência não se aplica, uma vez que a natureza do sistema patriarcal e as responsabilizações sociais ligadas ao casamento possibilitaram a organização de condições para que a mulher conseguisse certo espaço e autoridade devido a sua ação de influência junto aos personagens da família.

Mesmo com a forte pressão vivida pelas mulheres ao longo da história do Brasil impelindo-as a viver uma vida de reclusão, submissão e aceitação dos

tp://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

⁶⁴ BRASIL. *Decreto Lei nº 4.121* de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

⁶⁵ RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 20 n. 1. Florianópolis. Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000100004&script=sci_arttext>. acesso em: 09 de junho de 2013

⁶⁶ SAMARA, 1989.

estereótipos, “muitas mulheres romperam barreiras e lutaram por um espaço longe daquele definido pelo gênero masculino para elas”.⁶⁷

Na disputa entre o homem e a mulher pelo poder, que para ele é visto como sinônimo da condição masculina e, para ela, o acesso à participação na sociedade e a liberdade sobre seu corpo e ação, a ocupação da condição de provedor se faz como aspecto de domínio e prevalência para um e retração para o outro. No Brasil, a histórica exclusão da mulher vista em seu posicionamento social inferior ao homem, se aplicou à medida que a mulher não detinha o fruto do trabalho.⁶⁸

Centrada no idealismo do vínculo hierárquico entre o homem e a mulher, a sociedade buscava a impor a dominação do homem sobre a mulher ao manter vivas as barreiras sociais entre os sexos. Neste objetivo, organizou-se a percepção da mulher, enquanto limitada, frágil e incapaz de controlar o próprio corpo e presa a órbita de um homem, o pai ou o marido.

Abordado a condição feminina, vale observar que apesar de dominante, a condição da masculinidade também impunha ao homem duras penas. Salvo as diferenças, não apenas as mulheres sofrem as pressões da sociedade, pois a manutenção do poder também cobrou do homem ao longo do tempo seu preço. Forçados, por exemplo, a evidenciar seus traços masculinos, os homens,

[...] são instigados desde cedo a falar e a valorizar o sexo, não como possibilidade de expressão de si mesmos, mas como maneira de reproduzir o modelo de comportamento para eles determinado. As diferenças sexuais são percebidas como referências estruturais para a identidade dos indivíduos.⁶⁹

⁶⁷ Essas lutas tornaram-se um afrontamento histórico em relação à condição de dominada. Cita-se a organização da 1ª Convenção para o Direito das Mulheres, realizado em julho de 1848, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, como exemplo. Destacado por ter sido o “primeiro esforço organizado para libertar as mulheres de sua dependência e reformular os ideais predominantes de domesticidade”, esse evento, embora não tenha ocorrido no território de nosso país, mostra claramente uma tendência presente não somente nos Estados Unidos, mas também no Brasil, de luta das mulheres pelos seus direitos. Para saber mais veja GONÇALVES, 2006.

⁶⁸ Na atualidade, a percepção idealista deste entendimento é algo tão forte que, mesmo quando a mulher alcança à condição de trabalhadora formal e em condições de atuação iguais a do homem, a mulher ainda continua sendo vista como inferior. Seja por receber salários diferenciados em funções iguais as dos homens, quanto pelo desempenho de atividades historicamente vinculadas a elas, a mulher ainda sofre com os velhos estigmas impostos ao longo do tempo.

⁶⁹ NOLASCO, 1995. p.41.

Ao concordar com este entendimento, Ulson⁷⁰ afirma que “não é fácil ser homem nos dias atuais”, onde as transformações aceleradas nos comportamentos atingem as barreiras forjadas ao longo do tempo, o que traz impacto sobre os padrões da masculinidade que, por sua vez, atuam em defesa dos valores constituídos e da sua posição de domínio, pois busca promover comportamentos que reforçam os padrões estabelecidos.

Após se observar que a sociedade brasileira manteve a condição do homem e da mulher em um patamar de desigualdade e de controle de cunho patriarcal, dominantes, os homens garantiram meios de impor seus interesses, através da delimitação da atuação para os sexos e criação de um padrão comportamental que deveria ser seguido. E, a não obediência aos ditames impostos por ele à mulher ou a perda do poder converteu-se para ele, em uma possível condição de ineficácia e fracasso.

De forma semelhante ao estado que conduzia a sociedade, o homem exerce a autoridade sobre os membros da família até parte do século XX. Para ele a garantia do controle e a manutenção da ordem de poder prevalente centrado na sua autoridade, fazia parte da própria condição masculina.

Contudo, o avanço da mulher sobre o trabalho abalou a estrutura de autoridade masculina formalizada ao longo do tempo. O homem acostumado a ditar as normas e impor-se a mulher a partir do poder econômico, teve no acesso da mulher ao mercado de trabalho sua posição questionada e embora a violência sobre a mulher não tenha sido inaugurada com seu acesso ao mercado de trabalho, a prática da violência física e a rejeição a integração dela a determinados setores do mercado, podem ser vista como tentativas de manter as antigas relações de poder entre os sexos. Uma nova relação de poder imposta pela conquista da mulher dos espaços antes restritos aos homens rompeu com a tradicional visão de masculinidade, o que criou ambiente favorável a revisão dos constructos sociais centrados no domínio do homem sobre o poder e o trabalho.

Como subsídio a esta afirmação é importante rever na história o fato de que as mulheres sempre trabalharam e que isso não as fazia igual ou superior ao

⁷⁰ ULSON, 1997.

homem na sociedade⁷¹ Por outro lado, na segunda metade do século XX, a importância do fato da presença feminina no mercado de trabalho tomou novas proporções, pois agora além de elas enfrentarem os dogmas sociais, passaram a agir de maneira a destacar que a libertação econômica se fez como elemento propiciador do questionamento em relação a sua situação, o que lhe deu autonomia e ampliação de sua esfera de influência.

⁷¹ SAMARA, Eni de Mesquita. La mujer em la historiografía latino-americana reciente. In. SANCHEZ, Jorge Nûnez. *Historia de la mujer y la familia*. Quito: Ed. Nacional. s/d.

Capítulo II

Mulher e trabalho no Brasil

2.1. Mulher: da quebra de paradigmas ao mercado de trabalho.

Ao se estudar as sociedades com a herança greco-romana cristã, nota-se o vínculo histórico entre o controle familiar e o desempenho do poder econômico. A relação entre a economia e a casa, que é o espaço físico da família, pode ser percebida na origem da própria raiz grega. A palavra *óikos* no original grego representa o espaço habitado pela família. A expressão economia deriva desta mesma palavra uma vez que corresponde à administração deste espaço. Assim, economia e família se conectam, ao fazer destes dois espaços partes complementares do sistema vital para o domínio do homem sobre a mulher, no qual sobre ela pesava o caráter de complementaridade às atividades desenvolvidas por ele.⁷²

Ao longo da história, nas sociedades influenciadas pelo pensamento cristão radical do controle masculino sobre o conjunto social, tentativa de romper a organização social centrada no homem e seu poder teve como resposta a repreensão e punição. Isto pode ser demonstrado na caça às bruxas da Idade Média, uma vez que a conduta da mulher no entendimento daquela sociedade deveria se conectar exclusivamente ao ambiente das atividades domésticas e da devoção religiosa, a busca pelo poder e saber ambicionada por muitas mulheres era passível de castigo. A obra *o Martelo das feiticeiras*⁷³ demonstra claramente a intenção de penalizar a mulher que de qualquer forma ousasse desafiar romper com sua condição social. Escrito entre os anos de 1430 e 1505, foi lavrado originalmente como um guia para nortear a realização dos processos inquisitórios das práticas de bruxaria. Com a

⁷² NEVES, Márcia. *A violência contra a mulher no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

⁷³ KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. *O martelo das feiticeiras: malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2011.

justificativa de “preservar o povo cristão [...] na unidade e na felicidade da fé católica e em mantê-los afastado da peste de heresia abominável”⁷⁴, a obra condena a heresia e a prática da bruxaria, vinculando-a a mulher. A intencionalidade da obra era pressionar a mulher a obedecer aos preceitos da igreja, o que fica claro quando a leitura do texto a vincula à praticante de bruxaria. O livro remete-se à mulher como agente do mal, ao fortalecer a ideia do vínculo entre a mulher e o pecado.

Sendo a mulher a principal vítima da inquisição, que categoria delas sofria mais com esses processos inquisitórios? Certamente não seriam aquelas que apresentassem comportamento condizente com aquilo que a sociedade dela esperava, mas sim, aquelas que de qualquer forma apresentassem comportamento ou exercessem atividades que não condissessem com seu posicionamento social esperado pela Igreja, pelo poder público e a sociedade. Experimentado este controle e fiscalização, o saber feminino popular que pudesse lhe conferir alguma expressão, caía na clandestinidade ou era é assimilado pelo saber médico já solidificado e ordenados ao longo da história pelos homens.⁷⁵

Colocar os homens em oposição às mulheres não nega a existência de repressão ou exclusão também do homem em relação a seus iguais, mas mostra que ao longo dos séculos a mulher foi quem mais sofreu com a discriminação social. Ser mulher nas sociedades influenciadas pela cultura cristã ocidental já pode ser visto como um fator de estigmatização. Mesmo após o período medieval, no qual o poder público influenciado pela Igreja Católica impunha à mulher a subordinação, as pressões sobre elas persistiam.

Séculos mais tarde, durante o período de grandes transformações como a Revolução Industrial inglesa o regime manteve as desigualdades entre os sexos. A atuação da mulher na indústria atrelava-se à compreensão negativa da mulher colocando-a em desarmonia com a atuação na indústria.

Neste ambiente, no delinear da constituição e fortalecimento dos movimentos sindicais na Inglaterra, no início do século XX, nota-se a segregação entre os sexos e a busca de garantir maior força ao homem, pois ao se aceitar a participação da mulher nas fileiras políticas, estabelecia-se a proporção de cada voto masculino

⁷⁴ KRAMER; SPRENDER, 2011. p. 397.

⁷⁵ KRAMER; SPRENDER, 2011.

equivaler a 25 votos femininos.⁷⁶ Nesse contexto, a rejeição à mulher se dava até nas instituições de defesa da classe operária. A militância feminista cresceu centrada em suas próprias lutas que, embora pudesse corroborar na militância do operário, atingia também a condição de domínio do homem.

Decorrente desse arcabouço de compreensões relativas à participação da mulher nos espaços econômicos controlados pelos homens, ainda hoje, a atuação da mulher em determinados segmentos é vista como uma afronta. E, para melhor entender este processo é que se evoca o pensamento de Norbert Elias em sua obra os *Estabelecidos e os Outsiders*, publicada em 2002. Ao aplicar seu modelo sociológico nas relações entre homens e mulheres, eles podem ser identificados como o grupo dominante, os estabelecidos, que criam formas de impelir no outro, no caso, a mulher, à condição de dominada e incapaz. De maneira a resultar na compreensão existente, ainda nos dias atuais, de que mulher mediante a uma incapacidade inerente ao seu ser, não é apta a desempenhar funções ditas masculinas como, por exemplo, a atividade policial.

Certamente não se pode afirmar que o trabalho feminino é algo novo. Esta visão seria por demais reducionista e colaboraria no fortalecimento da construção histórica da mulher como simples subserviente na relação com o homem ao longo da história. A ideia de simples obediência da mulher às normas sociais ditadas pelos homens não é capaz de perceber as variações e nuances da dinâmica social entre homens e mulheres.

Na Europa moderna e também no Brasil independente a mulher, em caso de ausência do marido ou viuvez, chegou à condição de gestora do patrimônio. Em outros casos, elas também colaboravam para o sustento da família por meio de atividades ligadas à agricultura ou manufaturas domésticas que, embora apresentassem geralmente caráter complementar, mostram a capacidade da mulher.⁷⁷

Mas, em ambos os casos, o acesso da mulher à condição de poder e/ou a ocupação de atividades que lhe concedessem autonomia chocavam-se com as

⁷⁶ HAICAULT. Monique; COMBES. Danièle. Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classes. In. KARTCHEVSKY. Andrée. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-44.

⁷⁷ NADER, 2001.

construções comportamentais vinculadas à condição feminina imposta pelo modelo patriarcal. Esta referência exigia delas a reprodução “natural” das atividades “femininas” que representavam na vida profissional a prática esperada para a mulher no lar. Ao ocupar funções como educadoras, amas, lavadeiras, enfermeiras, cozinheiras dentre outras, a mulher reproduzia os dogmas relativos ao entendimento da sociedade quanto à condição feminina.⁷⁸ Este entendimento pode ser visto na análise de Matos⁷⁹ quando ela expõe a pressão vivida pelas mulheres de famílias pobres, nas quais, desde sua pequenez, eram pressionadas a adotarem funções categorizadas como femininas.

Contudo, o entendimento da ordenação e o desenvolvimento das atividades femininas pelas mulheres não era exclusivo às mulheres pobres. As mulheres das camadas mais abastadas da sociedade brasileira também viviam a constante pressão sobre seu agir. No século XIX, entre os mais ricos, por exemplo, valorizava-se a mulher que aprendesse o francês, aprendesse o domínio sobre o piano e mantivesse sua atuação ligada ao espaço privado da família.⁸⁰ Vinculado às vivências urbanas e a partir das elites, floresceu o ambiente do debate sobre a condição da mulher.⁸¹ Em São Paulo, na década de 1930, ao se elaborar projetos habitacionais econômicos paralelos à discussão das melhores maneiras de se reduzir os custos para o provimento de moradias para a população, o Estado buscava fortalecer a função social de cada compartimento do domicílio. Os agentes do poder público, ao proporem a melhor maneira de erigir uma residência, observados os aspectos econômicos, sanitários e sociais, preconizavam que a cozinha deveria ficar ao lado da sala, no intuito de permitir à mulher a prática do preparo do alimento ao mesmo que gerenciava o controle da casa e dos filhos.⁸²

⁷⁸ NADER, Maria Beatriz. *Paradoxo do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2008.

⁷⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

⁸⁰ LIMA, Joelma Varão. “*Jornal das senhoras*”: as mulheres e a urbanização na corte. Cadernos CERU v. 21, n. 2, Dez de 2010. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11926/13703>>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

⁸¹ LIMA, 2010.

⁸² CARPITÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo*. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: século XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 123-146.

O entendimento da mulher conexas ao lar favoreceu também o desenvolvimento de atividades econômicas complementares, como a manufatura domiciliar de tecelagem. Como forma de a mulher atuar economicamente sem sair do espaço privado.

Ainda em São Paulo, organizou-se paralelamente ao desenvolvimento do trabalho nas fábricas, uma gama de atividades complementares exercidas pelas mulheres nos lares. O ofício da agulha ocupava uma grande quantidade de mulheres, que sem sair de casa, tinham condições de prover renda para a sobrevivência da família. A produção de sacas de café para a indústria movia as mulheres nos pátios dos cortiços e nos lares, por exemplo.⁸³

Embora de caráter sazonal, uma vez que se vinculava ao ritmo da produção da indústria cafeeira, essa fonte de renda consistia no meio pelo qual muitas mulheres provinham ou complementavam o ganho familiar. Contrapondo-se às imposições sociais, a mulher aproveitava as oportunidades oferecidas pela sociedade para estabelecer a quebra do domínio e conquistar sua autonomia política e econômica.

Casa e trabalho se distanciam com o advento da atividade industrial. A casa não sendo mais o espaço do desempenho do trabalho, como visto nas comunidades agrícolas ou manufatureiras, passou a ser o espaço da ocupação da mulher, sua zeladora por “natureza” e a indústria adquiriu o aspecto de ambiente no qual o homem exerce sua função primordial aos olhos da sociedade, o de provedor dos recursos para a família.

Sobre esta separação sexual do trabalho Hirata⁸⁴ ao abordar o impacto das crises econômicas do início do século XX expõe que existiam critérios discriminatórios para demissões femininas, tanto por parte dos empregados quando do próprio Estado a fim de tentar estabelecer o retorno e a manutenção das mulheres em seus lares, na intenção de expulsar a mulher do mercado de trabalho, uma vez que tal ambiente não era visto como um lugar de direito deste público.

⁸³ MATOS, 2002.

⁸⁴ HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

Antes da industrialização, a vida era controlada principalmente pelo ritmo do campo, onde apesar de existir a distinção das funções para homens e mulheres, ambos dividiam em suas ocupações o mesmo espaço, trabalhavam próximos na propriedade familiar.⁸⁵ O afastamento do homem do espaço residencial pesou sobre a mulher que acumulou funções, e sua eventual atuação no espaço extradomiciliar ficou cada vez mais difícil, tornando sua “condição especialmente pobre e desprezível”.⁸⁶

Movidas por este entendimento de negação à condição de limitação da mulher e pela necessidade de mão de obra para a crescente indústria militar durante o período das grandes guerras, criou-se uma alteração temporária do discurso contrário à participação da mulher no mercado de trabalho. Naquele contexto, as trabalhadoras passaram a ser apresentadas como figuras capazes, confiantes e com os traços da feminilidade mantidos. As imagens a seguir, nitidamente de caráter publicitário, foram produzidas no contexto da inclusão da mulher no mercado de trabalho industrial no período da Segunda Grande Guerra. Sua aparente função seria mostrar a capacidade da mulher de atuar no espaço industrial sem perder a sua feminilidade, mostrar que a mulher poderia ocupar os postos de trabalhos vacantes pelo envolvimento do homem nos combates, participando do esforço da sociedade para a vitória.



Figura 1: Funcionária nos últimos retoques no “nariz” de um bombardeiro B-17F da companhia Douglas Aircraft na Califórnia, Estados Unidos – Outubro de 1942. (Alfred T. Palmer/OWI/Library of Congress). Fonte: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/mulheres/a-mao-de-obra-feminina/>> Acesso em: 19 de novembro de 2013.

⁸⁵ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁸⁶ Sobre o assunto ver: PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIES, Phelippe; DUBY, George. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 13-137.

Na imagem abaixo, o lenço na cabeça, a maquiagem e os trajes com aspectos femininos evidenciam que mesmo na fábrica, a mulher não perderia suas características femininas. Mesmo fora do espaço doméstico, sua delicadeza, útil ao desenvolvimento de atividades minuciosas, seria mantida. Mediante a necessidade do esforço da mulher na execução de atividade que outrora seriam destinadas aos homens, mas que em virtude dos combates se faziam presentes, construiu-se condições favoráveis à inclusão da mulher na indústria.



Figura 2: Trabalhadoras durante horário de almoço na fábrica de trens Chicago and North Western Railway, Iowa, Estados Unidos – Abril de 1943. (Jack Delano/OWI/Library of Congress) Fonte: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/mulheres/a-mao-de-obra-feminina/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2013.



Figura 3: Trabalhadora utilizando o ferro de passar durante a fabricação de tanques auto-selantes de gás da Goodyear Ohio, Estados Unidos – Dezembro de 1941. (Alfred T. Palmer/OWI/Library of Congress). Fonte: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/mulheres/a-mao-de-obra-feminina/>>. Acesso em: 14 de novembro de 2013.

Outra vantagem da inserção da mulher no ambiente industrial estaria na utilização das potenciais habilidades domésticas no desempenho das funções exercidas nas fábricas como mostram as figuras 2 e 3. Quais sejam: ordem e boa convivência com o espaço de produção industrial, além de adaptação ao serviço que realizava no espaço doméstico também fora do lar. Tal assertiva pode ser melhor entendida a partir de 1950, no ambiente que envolveu a necessidade da participação da mulher no mercado de trabalho, pois ao terminarem os confrontos da Segunda Guerra Mundial, ao invés de ocorrer o retorno da mulher para o espaço doméstico, ela não somente firmou as oportunidades já conquistadas como galgou novas oportunidades que apareceram em outras áreas. Embora existisse a pressão machista sobre as mulheres que levasse a construções sociais pejorativas da feminilidade, o temor da concorrência que a grande quantidade de mulheres disponíveis para ocuparem postos de trabalho e da preocupação com a

possibilidade de queda dos já reduzidos rendimentos, a inclusão da mulher no mercado de trabalho ganhou força.⁸⁷

Mas foi no último quartel do século XX e início do século XXI, que as mulheres realmente se inseriram no mercado de trabalho. Cita-se como exemplo sua participação no setor terciário, pois chegavam a ocupar 75% das mulheres envolvidas no trabalho extradomiciliar, a prestação de serviços tornou-se o nicho ocupacional feminino. Seja nos escritórios, nas lojas de departamentos, com suas rígidas regras e longas jornadas de trabalho, na prática da enfermagem, serviço de telefonista e educação, as mulheres consolidaram-se em determinados segmentos do mercado, ao construir a identificação de determinadas atividades como funções femininas.⁸⁸

Com a gradual conquista do espaço do trabalho e da renda, a condição de subordinação feminina em relação ao homem foi ameaçada. Não mais dependente economicamente, a mulher passou a buscar novas oportunidades, romper com estigmas e propor outras realidades para a condição feminina.

A busca pela ruptura das constituições intelectuais organizadas pelos homens, relativos ao corpo da mulher e seu domínio, também ganhou força como objeto da luta para as mulheres. E, embora os modelos orientadores dos comportamentos trabalhem no sentido de impelir os indivíduos, homens e mulheres, a aceitarem e replicarem as condutas entendidas como ideais a cada sexo, na ordem coletiva da sociedade, a dinâmica conflitante das novas possibilidades conquistadas pelas mulheres levaram as relações sociais a novos patamares.

A abertura gradual de novos espaços para a mulher permitiu que atividades antes inacessíveis para elas fossem conquistadas, dentre as quais, a ocupação da atividade de policial militar. No Brasil, por ser entendida como uma ocupação de riscos e, notória expressão de autoridade, a atividade de policial militar se constituiu em um espaço masculino proibido para a mulher. Somente em 1955, a partir do decreto nº 24.548, de 11 de maio de 1955, do governo do Estado de São Paulo, a

⁸⁷ PERROT, 2008.

⁸⁸ PERROT, 2008.

mulher passou a ter direito a participação na atividade militar. Nesse edital, o então governador Jânio Quadros, expõe que

Considerando inicialmente, que consoante dispositivo constitucional expresso “os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros”, sem distinção do sexo observados os requisitos prescritos nas leis e regulamentos;

Considerando já estar conhecida e proclamada em definitivo em nossos dias a capacidade jurídica e intelectual da mulher de lutar, ao lado do homem, nos mais variados setores da atividade humana;

Considerando que, se há funções que devem ser exercidas com exclusividade ou primazia pelo homem e outras de que compartilham indiferentemente ambos os sexos, é forçoso admitir a existência de diversas atividades melhor desempenhadas pela mulher;

Considerando que, no vasto, complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que, pela sua natureza reclamam tratamento preventivo e repressivo especial em que a atuação da mulher, pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa;

Considerando por outro lado, que a ativa participação da mulher em determinados setores do serviço policial já passou, de há muito, da fase de experimentação para a das realizações concretas como bem o demonstra a adoção, pelos países possuidores de organismo de polícia mais evoluídos, de Corpos de polícia feminina; [...]⁸⁹

Embora o texto do decreto se centre na abertura da atividade policial para a mulher, nota-se que a argumentação do então governador se alinha a visão de segregação de gênero vivida pela mulher ao longo do tempo nas sociedades marcadas pela cultura romanizada. A ideia de que a mulher tem, de forma nata, a preparação psicológica para exercer certas funções na atuação policial, como o trabalho com idosos e adolescentes infratores ou abandonados, revitaliza as construções dos papéis sociais legados ao longo do tempo na sociedade brasileira.

Mas esse entendimento não seria um fato isolado na história do Brasil, algo ligado apenas à visão de um governante de uma visão machista singular? O estudo de Soares⁹⁰ que aborda a formação da Corporação da Polícia Militar no Estado do Rio de Janeiro cita uma portaria do Estado Maior do Exército, de 1977, no qual se normatiza a estrutura do policiamento. Nele, ao se tratar da participação da mulher

⁸⁹ Diário oficial do Estado de São Paulo. 13 de maio de 1955. Nº 104. Disponível em: <www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD89%201%BA%20Ten%20AI%20RENIANY%20MOURA%20LYRA%20BEZERRA%20DE%20OMENA.pdf> acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

⁹⁰ SOARES. Barbara Musumeci. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.

na atividade de policial militar, novamente se percebe o direcionamento para atividades específicas femininas como o trato com adolescentes infratores ou abandonados.

Uma manutenção semelhante dos estigmas ocorreu no Estado do Paraná. Schactae⁹¹ ao tratar do processo de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná, afirma que a nomeação do Pelotão da Polícia Feminina reafirmou a subordinação do feminino em relação ao masculino e valorizou a identidade militar como ligada ao masculino. Para a autora, mesmo com a inclusão da mulher na corporação da Polícia Militar sob seus símbolos e normas, elas ao serem identificadas como parte do corpo do Pelotão da Polícia Feminina da Polícia Militar do Estado do Paraná eram ao mesmo tempo incluídas na Polícia Militar e excluídas ao serem identificadas como um pelotão a parte.

Os estigmas sociais centrados na divisão de gênero também se fizeram presente no ingresso da mulher no corpo de policiais militares do Estado do Espírito Santo. Tais conceitos, embora ainda muito enraizados na cultura brasileira, aos poucos tem sido minados pelas conquistas do movimento feminista que floresceu no país, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial. Para entender como se deu historicamente a inserção dessas conquistas femininas é necessário que tomemos a história desse movimento, mesmo que seja um estudo dentro de um curto período.

2.2. FLORESCIMENTO DO FEMINISMO E ATUAÇÃO DA MULHER.

Vimos no capítulo anterior que os papéis sociais não são constituídos a partir de elementos rígidos de caráter contínuo e linear. Sua construção se deu a partir da dinâmica social entre os indivíduos, na qual ao longo do tempo, mesmo ocorrendo a busca do homem pela hegemonia, existiu a ação da mulher em estabelecer a

⁹¹ SCHAETAE, Andréa Mazurok. *Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná*. Disponível em: < www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/AndreaMazurokSchactae.doc > Acesso em: 20 de fevereiro 2014.

relação de igualdade de atuação e poder. Ao favorecer a formação de uma nova ordenação social que não seja marcada pelo simples afastamento entre os sexos a partir do controle do homem sobre a sociedade, a mulher buscou romper os estigmas constituídos sobre seu corpo e atuação social. Já na Revolução Francesa, sem mesmo existir por parte dos seus articulistas, a preocupação com a condição da mulher, se percebe a existência mais ou menos organizada de verdadeiras militantes da causa feminina. Mulheres que desde aquele período “de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito a cidadania, uma existência legal fora de casa”⁹², o espaço ao qual se vinculavam suas atuações de esposa e mãe.

Também no Brasil, a luta da mulher por uma condição social melhor não é algo novo. Durante o desenvolvimento da campanha abolicionista as mulheres aproveitaram a oportunidade de questionar a ordem estabelecida de domínio do homem. No caso da escravidão questionava-se o controle do homem branco sobre o negro. No caso feminino a ação libertária não se dava em virtude da cor, mas em relação à própria divisão sexista do trabalho e social, que também tinha origem no domínio da estrutura patriarcal centrado no homem, que limitava a ação da mulher na sociedade.⁹³

Já no começo do século XX, as mulheres se organizavam por uma causa comum. Mediante as condições de trabalho, a opressão e os baixos salários, ocorreu uma paralisação de mulheres ligadas à indústria da tecelagem de São Paulo. E embora os segmentos ligados ao operariado fortalecessem a condição feminina como inferior, as mulheres continuaram os protestos, mesmo sendo sua ação vista pela sociedade com “incoerente” e “incompatível” com os modelos sociais femininos.⁹⁴

A busca das mulheres em conquistar direitos políticos marcou a atuação delas no florescer do feminismo no Brasil. Por meio de iniciativas organizadas ou fruto da ação individual causa feminina, na passagem do século XIX para o século

⁹² PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo. Perseu. 2003. p. 13.

⁹³ NADER, Maria Beatriz. Movimento feminista e a afirmação da cidadania: a luta contra a violência de gênero. In: CAMPOS, Adriana Pereira [et al.]. *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris – Est, 2010. p. 307-322.

⁹⁴ MATOS, 2002.

XX, foi notadamente a busca pela cidadania. Quer seja pela ação de escritoras, professoras, jornalistas ou operárias, a causa feminista gradativamente ganhou força em seus diversos segmentos.

A luta pelo sufrágio se contrapunha a não inclusão da mulher no corpo de eleitores estabelecido pela Carta Constitucional de 1891, que atribuía exclusivamente ao homem o direito à cidadania. A marginalização da mulher naquela carta se deu de tal forma que nem mesmo existe referência à mulher no texto da lei. Sua exclusão, mesmo entre os chamados não votantes, a expurgava de qualquer possibilidade de participação política.

Nader⁹⁵ descreve que, nesta luta, influídas pela mentalidade socialista, as mulheres pertencentes a classe média, a elite e posteriormente as camadas populares envolveram-se na busca pela igualdade política e que a conquista do acesso ao mercado de trabalho seria o caminho para que as mulheres alcançassem a sua libertação do domínio masculino. Desta forma suas ações não se vinculavam apenas a questão do voto, mas abordavam outras temáticas que, de certa forma, se correlacionavam com a autonomia política, ao trazer à tona debates também sociais. Com seus próprios percalços, a luta das mulheres em romper a desigualdade tem relação em primeiro plano com a “busca de sua emancipação enquanto cidadãs: a luta pelo voto, por igualdade na educação, por igualdade civil”⁹⁶.

Assim, a militância feminista agiu em propor a igualdade civil entre os sexos em vários planos. Por meio de publicações, como “O jornal das senhoras” publicado na cidade do Rio de Janeiro desde meados do século XIX, as mulheres buscavam despertar outras mulheres para buscarem melhores condições sociais, educacionais e de acesso ao mercado de trabalho. O jornal foi produzido entre os anos de 1852 e 1855, época em que a sociedade brasileira vivia grandes transformações, uma vez que a proibição do tráfico negreiro, que fornecia grande parte da mão de obra utilizada no Brasil, a implantação de melhorias na cidade do Rio de Janeiro com a iluminação a gás, melhoria das vias com o sistema de esgoto e calçamento das vias, impactavam a sociedade da corte.⁹⁷ Lima⁹⁸ trata da importância da produção do

⁹⁵ NADER, 2004.

⁹⁶ SOUZA LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 209.

⁹⁷ LIMA, 2010.

Jornal das senhoras, o considerando como expoente dos movimentos feministas que já naquela época buscavam trabalhar em romper a mentalidade machista predominante.

Naquele período, seja pela voz de filhas da oligarquia ou da classe operária, a mulher ganhava força na exposição de seus interesses. Tanto que, em 1910, com a criação do Partido Republicano Feminino, as mulheres marcaram simbolicamente a quebra do monopólio masculino sobre a política. Além disso, ao expandir suas ideias para além da questão do sufrágio, o Partido Republicano Feminino também ponderava sobre a luta das mulheres em se afirmarem como independentes. No ano de 1922, a representante da elite econômica e intelectual brasileira, Bertha Lutz, filha de enfermeira e de cientista, organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Na mesma época, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, foi criada com o objetivo de defender os direitos das mulheres ante ao machismo presente na política, direito e cultura brasileira.⁹⁹

Embora existissem divergências entre as lideranças do movimento feminista no Brasil, em linhas gerais, o primeiro momento do feminismo no Brasil vinculou-se a questão do acesso ao voto como marco do acesso a cidadania antes bloqueada às mulheres. No entanto, mesmo as sufragistas não deixavam de lado outras oportunidades de questionar a condição feminina na sociedade. Dentre esses questionamentos destaca-se a inserção de mulheres em determinados setores do mercado de trabalho, nos quais prevaleciam a presença masculina, impedindo de toda sorte, as mulheres de adentrá-los.

Moreira¹⁰⁰ afirma que as sufragistas da década de 1930 já apresentavam textos e discursos que tratavam da necessidade da presença feminina na atividade policial, por exemplo. Em 1931, na reunião da Conferência da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) foi apresentada solicitação para a criação do policiamento feminino, tema discutido e defendido pelas feministas nas décadas

⁹⁸ LIMA, 2010.

⁹⁹ PINTO, 2003.

¹⁰⁰ MOREIRA. Rosemeri. O discurso maternalista e a construção da “polícia feminina”: dominação simbólica, negociação ou ressignificação? In: *Anais do Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9: Diáspora, diversidade, deslocamentos* – 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283718_ARQUIVO_O_discuromaternalistaeeaconstruoda.pdf> acesso em: 11 de outubro de 2013.

seguintes. Em meados do século XX, Bertha Lutz, ícone do feminismo no Brasil, já inserida na política brasileira como deputada, sinaliza a necessidade da criação do Departamento Nacional da Mulher, considerando a temática da carência da mulher quanto a sua proteção.

Assim, ao trabalhar para romper a condição desigual experimentada pelas mulheres em diversos campos, o feminismo se fortaleceria. Vinculado ao florescimento do movimento operário industrial a luta feminina ganhou força, em um mundo de desigualdades, no qual a mulher procurava estabelecer a paridade. Marcadas por suas próprias demandas, as mulheres, inseridas em um mundo de distinções de ordem social e sexista, que não as colocava em situação de igualdade, tinham na atuação e efervescente militância a busca por suas causas próprias. De forma que ao passar pela militância em favor da igualdade também no acesso ao mercado de trabalho, os movimentos feministas abarcaram qualquer temática que impunha à mulher a condição de inferioridade.

Além do caminho impresso, a organização de associações femininas como a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino em 1922, a União Feminina, atrelada à Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1934 e a Federação das Mulheres do Brasil em 1949, todas na primeira metade do século XX, mostraram a busca da mulher em estabelecer uma militância forte, com capacidade de propor uma nova ordenação dos papéis sociais, centrados no afastamento e estabelecimento de espaços para o homem e para a mulher.

A separação histórica dos espaços de atuação entre os sexos foi o que marcou a definição do espaço público e as ocupações que representam a autoridade, o poder, a força e o domínio técnico como nichos de atuação voltados para o homem. Este entendimento formado ao longo da história, ainda presente na sociedade brasileira na segunda metade do século XX, favorecia a compreensão da atuação na política, na guerra, na gerência e no trabalho formal como espaço do privilégio masculino.

O primeiro espaço, a política - pela sua importância nas tomadas de decisões ou pelo consequente posicionamento de proeminência de seus agentes - não se servia com bons olhos a presença da mulher. A vida política e o poder a ela vinculado eram importantes elementos de fortalecimento do modelo patriarcal

prevalente na sociedade brasileira. A política como atributo do homem fortalecia a posição de hegemonia masculina, onde o poder se vinculava ao prestígio medido pela quantidade de 'arcos' de influência políticas dos indivíduos.¹⁰¹

No segundo espaço, a guerra, ao qual melhor se vincula a atividade de policial militar, deve ser entendida como algo mais do que apenas um evento histórico. Apesar da diversidade de causas para a ocorrência de guerra, ela podia ser entendida como um mecanismo de alcance de prestígio, um meio de impor um pensamento ou conquista, no qual o vencedor é posto em destaque. A guerra é uma ocorrência sociológica e filosófica. Considerada correta ou não, ao longo do tempo se fez como um espaço de demonstração das características da masculinidade e fortalecimento do poder político.¹⁰²

O caráter bélico e a condição de espaço de demonstração de força e virilidade, fez a guerra não ter correspondência na fragilidade esperada da mulher, uma vez utilizada para evidenciar os atributos da masculinidade. Os homens ao longo do tempo, buscaram evitar o envolvimento da mulher em sua ocorrência.

O terceiro ambiente, o do trabalho formal e/ou remunerado reforça a posição do homem como responsável pela família, na qualidade de provedor. Seja pela maior capacidade física, que apesar de não ser um empecilho para a mulher, foi utilizado ao longo do tempo como elemento de sua limitação, ou a dinâmica da relação criada entre o trabalho e a guerra, no qual, o trabalho é visto como uma batalha diária pela sobrevivência da família, pois ao fortalecer tais espaços como vinculados a si, o homem garantiu sua posição, formando a lógica masculina na qual, da condição de provedor, gestor e protetor "natural" da família, emana o entendimento de seu posicionamento superior.¹⁰³

Nos anos de 1970 a pressão sobre a sociedade e a justiça pautava-se na organização de uma sociedade que estabelecesse formas de se impedir a ação violenta sobre a mulher. Ao pressionar o estado para a criação de políticas públicas que garantissem o respeito e a segurança da mulher, o movimento feminista se mobilizava para atender as carências e as demandas femininas, o que fazia com

¹⁰¹ SAMARA, 1989.

¹⁰² FARGE. Arlete. *Lugares para a história*. Belo horizonte: Autentica Editora, 2011.

¹⁰³ Sobre o assunto ver HUNT, Lynn. In: PERROT, 2009. p. 18-46.

que o movimento feminista ganhasse força, notadamente nos espaços das universidades se abriram para as questões da mulher.¹⁰⁴

As últimas décadas da história do Brasil testemunham a ascensão social, política e econômica da mulher, pelo fato de elas virem “conquistando novos espaços, maior participação no mercado de trabalho, no parlamento, nos movimentos sociais, sindicais e populares”¹⁰⁵. Organizadas em torno de movimentos ou associações ou pela ação individual de verdadeiras mulheres de vanguarda, as mulheres tem rompido ao longo do tempo com os estigmas sociais a elas impostos, embora ainda haja muito a fazer para que se estabeleça uma real condição de igualdade entre os sexos.

2.3. CONJUNTURA ECONÔMICA.

No Brasil, assim como em outros países, a industrialização favoreceu o desenvolvimento da sociedade em diversos sentidos. Seja a partir do avanço do desenvolvimento tecnológico, maior acesso a informação ou melhoria na qualidade de vida e saúde, o que impactou amplamente a sociedade.

Fatores como estes que impactaram a sociedade estruturada em uma sociedade pautada na ideologia patriarcal masculina a indústria brasileira se fez no quadro da exclusão social, cuja presença da mulher só se fez através da ocupação de funções inferiorizadas e com menor remuneração, o que promovia uma pior situação se comparada com a do operário, que já era difícil.

Para observar como se deu esse processo de rejeição à mulher no mercado e como mantiveram-se as barreiras entre o masculino e o feminino, mesmo em uma conjuntura social e econômica de transformação, é preciso observar o processo de desenvolvimento da industrialização no Brasil.

¹⁰⁴ DEL PRIORE, 2000.

¹⁰⁵ VALE, Maria Leila Rezende do. ZELAYA, Maura Ligia. A mulher brasileira: realidades, desafios e tendências estruturais. In: *Revista Symposium*. Vol. 3. n. 2.(Jul/Dez 2005). Lavras: Fadminas. 2005.

Azevedo¹⁰⁶ organiza a indústria em quatro períodos principais. O primeiro, de 1500 a 1808, que se deu quando ainda existia a proibição de instalação de manufaturas no Brasil devido sua condição colonial. Nessa fase, a proibição à constituição de fábricas manufadoras no Brasil tinha a função de garantir que o abastecimento de produtos ao território colonial fosse atendido pelo comércio controlado pela corte portuguesa. Impossibilitado de constituir manufaturas, o Brasil se limitava a um território extrativista de caráter complementar às necessidades da economia metropolitana. A função econômica do Brasil nesta fase se era gerir recursos para o estado português, seja pela agricultura, extração de minerais preciosos ou pelo consumo de produtos originários da metrópole.

Por essa razão Samara¹⁰⁷ entende que,

no Brasil, desde o início da colonização, as condições locais favoreceram o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Essa situação associada a vários fatores, como a dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância.

Tais fatores favoreceram o posicionamento do modelo familiar patriarcal e suas percepções quanto aos indivíduos, como a base modelar de um amplo conjunto de sistemas, que tinham na autoridade masculina um ideal.¹⁰⁸

O segundo período, de 1808 a 1930, se estendeu da fase do governo de D. João VI até o início do governo de Getúlio Vargas e marcou-se por uma modesta implantação industrial, principalmente de caráter manufatureiro. A abertura dos portos aos comerciantes ingleses prejudicava as tentativas de implantação da fabricação de produtos no país. Além deste disso, também a existência da escravidão, até o ano de 1888 prejudicava a implantação da indústria, pois sua existência representava a falta de mão de obra livre e a limitação do mercado consumidor com capacidade financeira de adquirir os gêneros potencialmente produzidos.

¹⁰⁶ AZEVEDO, Esterzilda Berestein de. *Patrimônio industrial do Brasil*. Usjt. Nº 3. 2010 Disponível: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em: 10 junho de 2013.

¹⁰⁷ SAMARA, 1989, p. 15.

¹⁰⁸ SAMARA, 1989.

Costa¹⁰⁹ expõe que com o fim da escravidão e a conseqüente migração da mão de obra para o trabalho livre, a imigração, principalmente no sul do país, a transição do capital sob o poder dos fazendeiros, que migraram para os centros urbanos, a implantação da linha férrea no ano de 1952 e a iniciativa industrial que utilizou o capital excedente do café e de linhas de crédito, contribuiu para formar o cenário favorável ao desenvolvimento da indústria no Brasil. Mesmo os imigrantes que vieram para trabalhar nas lavouras ao se depararem com as péssimas condições de trabalho, migravam em grande parte para os espaços urbanos onde finalmente trabalharam na indústria. A autora ao descrever o processo de industrialização do Brasil cita que entre as décadas de 1870 e 1880 o número de indústrias mais do que triplicou no país indo de 175 para mais de 600.

Nos anos seguintes, este cenário de transferência da economia rural para a economia industrial urbana continuou a se desenvolver. Em 1920, quando foi realizado o segundo Censo Industrial do Brasil, constatou-se a existência de mais de 13 mil empresas em nosso país.¹¹⁰ Mesmo assim, neste período o Brasil tinha uma econômica basicamente agrícola, que exportava gêneros primários e importava uma diversidade de produtos industrializados.¹¹¹ No entanto, mesmo a melhoria das condições econômicas não permitia a igualdade entre homens e mulheres. As atividades inicialmente ocupadas por elas acabavam por sofrer desvalorização em relação às atividades desempenhadas pelos homens.

Matos¹¹² observa que ao longo da vida, a mulher era pressionada a se manter ligada as condições estabelecidas pela compreensão da Igreja, do poder público, da família e da sociedade. No entendimento dessas instâncias de relações sociais, cabia ao homem o controle da sociedade e da família, a célula primeira da interação entre os indivíduos. Ela expõe que na formação da família, no advento do casamento, a condição de domínio do homem sobre a mulher se mostrava de forma latente. O matrimônio representava na maioria dos casos para a mulher, suspensão das atividades de agulha e o início da dependência do marido.

¹⁰⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹¹⁰ AZEVEDO, 2010.

¹¹¹ AZEVEDO, 2010.

¹¹² MATOS, 2002.

Após o casamento, no entendimento da sociedade, o cotidiano da mulher deveria ser vinculado ao tempo do marido, as necessidades da casa e a maternidade. Mesmo aquelas que porventura continuassem ligadas a prática da agulha após o casamento experimentava a sobreposição das atividades domésticas sobre as fabris.¹¹³ E, embora gradativamente o desenvolvimento industrial e urbano favorecesse a ampliação de espaços no mercado de trabalho para a mulher, as desigualdades persistiam, notadamente no salário, como se pode observar na tabela 1, que diz respeito aos rendimentos por sexo em algumas funções, no início do século XX, na cidade de São Paulo.

TABELA 1 – Rendimento, por sexo, de trabalhadores na cidade de São Paulo. 1914

PROFISSÃO	SEXO FEMININO		SEXO MASCULINO	
	Por dia	Por mês	Por dia	Por mês
Cozinheiro		40\$ a 60\$000		80\$ a 120\$000
Criado	40\$ a 60\$000		50\$ a 70\$000	
Copeiro			40\$ a 60\$000	
Pagem				15\$ a 30\$000
Amas de leite		100\$ a 150\$000		
Amas secas		30\$ a 50\$000		
Lavador de casa	3\$ a 5\$000		3\$ a 6\$000	
Lavadeira de roupas		60\$ a 70\$000		
Encerador de assoalho			3\$ a 6\$000	
Costureira	3\$500 a 6\$000			
Jardineiro			4\$000 a 6\$000	70\$a 100\$000

FONTE: Adaptado da obra MATOS, 2002. p. 159.

Os dados apresentados expõem o domínio e maior valorização do homem no exercício das atividades quanto ao retorno salarial. Nota-se que, de forma geral na

¹¹³ MATOS, 2002.

tabela 1, que a remuneração da mulher é menor do que a do homem e que todas ocupações ligada socialmente à mulher eram vistas como desprestigiadas no aspecto da remuneração. Os rendimentos pagos, quando comparado com o valor do salário entre homens e mulheres que desempenham a mesma função, mostram que a remuneração da mulher era inferior. No caso específico do ofício ligado à cozinha, o rendimento pago ao homem é o dobro do valor pago à mulher.

É inegável, mediante esses dados, que embora a mulher a cada dia conquistasse oportunidades, sobre elas pesavam todo um conjunto de categorizações ligadas ao gênero, pois eram de certa forma, heranças ligadas à mentalidade religiosa, política e social da colonização portuguesa que perpassaram os séculos e influenciaram a história. Nos meios urbanos brasileiros, onde a partir dos anos de 1920 aconteceu um processo de transformação socioeconômica, que novamente impactou o modo de vida das pessoas com a chegada do telefone, do automóvel e do cinema, persistiam as categorizações relativas à mulher e ganhava força o irreversível acesso à comodidades do avanço da tecnologia.

Nesse cenário as imposições à mulher chocavam-se com o princípio de modernização, uma vez que as novas facilidades surgidas com o avanço da industrialização implicaram na modificação do estilo de vida das pessoas e das famílias, principalmente no das mulheres.¹¹⁴

Ao acessar as comodidades da indústria, como a máquina de costura e ao experimentar um novo ritmo de vida marcado pelo acesso a informação por meio dos diversos periódicos e o cinema que apresentava o modelo americano de vida como idealizado, as mulheres brasileiras se inseriram em um novo estilo “moderno” de vida que incluía sua participação no mercado de trabalho.

O terceiro momento da industrialização do Brasil se estendeu do período de 1930 até o ano de 1956, que compreendeu o período inicial do governo de Getúlio Vargas até o governo de Juscelino Kubistchek e seus grandes projetos para o desenvolvimento do Brasil. Ao adotar uma política de afastamento das antigas oligarquias agrárias, Vargas deu vazão à política de industrialização do país. O

¹¹⁴ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho. In: MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 191 – 196.

governo Vargas implantou a indústria de base e ampliou a capacidade de geração de energia do país, criou o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.¹¹⁵

Seguiram-se a projetos governamentais a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), criando um panorama favorável para a implantação dos grandes projetos do governo de Juscelino Kubitschek. A indústria do Aço, por exemplo, permitiu a abertura de novas possibilidades à industrialização nacional.

A quarta etapa da formação industrial do Brasil se deu a partir do ano de 1956, com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, com forte motivação à indústria de energia e transporte. Nessa fase, o segmento de bens de produção cresceu acentuadamente em relação à de bens de consumo, o que favoreceu os setores de siderurgia e metalurgia, química e farmacêutica e as atividades navais. Durante a fase do governo militar e o chamado “Milagre Econômico” o controle estatal sobre a produtividade do país, apesar de gerar má distribuição da renda, acelerou um pouco mais o crescimento do mercado de trabalho como afirma Azevedo¹¹⁶, mas apesar desse do crescimento econômico e industrial, as mentalidades favoráveis a rejeição da mulher no espaço do trabalho formal se mantinham.

A exemplificação da rejeição à participação da mulher a partir do ambiente industrial se faz no sentido de clarificar que, a divisão dos espaços de atuação extradomiciliares entre os homens e as mulheres, mesmo em tempos recentes, não se fez de forma simples e rápida. Hirata¹¹⁷, ao estudar o processo de divisão sexual do trabalho no Estado de São Paulo, na década de 1980, expõe que ainda naquele período, a separação entre homens e mulheres no setor industrial e, por conseguinte, também outros espaços, se mantinha mostrando, que nas atividades de montagem, as mulheres eram direcionadas a realizar os trabalhos leves, os quais elas desenvolviam sentadas em lugares fixos, enquanto, as atividades consideradas mais pesadas ficavam a cargo dos homens.

¹¹⁵ AZEVEDO, 2010.

¹¹⁶ AZEVEDO, 2010.

¹¹⁷ HIRATA, 2002.

Enquanto outras regiões do país buscavam desenvolver o dinamismo econômico, o Espírito Santo mantinha sua economia ligada quase que exclusivamente a produção do café. No ano de 1960 a maior parte da população economicamente ativa do Espírito Santo (80 %) estava conexas ao ciclo produtivo desse produto, mas com o desequilíbrio do preço na economia capixaba foi profundamente afetada, gerando crises sucessivas.¹¹⁸

Se, por um lado a prática da eliminação dos pés de café imprimiu a desestruturação da base econômica da qual a economia capixaba dependia, por outro, propiciou por meio das indenizações o lançamento de grande quantidade de recursos na economia. Tais recursos foram fundamentais para que o estado desenvolvesse os projetos relacionados a indústria madeireira e setores alimentícios, dando nova orientação à economia representando um divisor de águas para o mercado de trabalho capixaba.¹¹⁹ A chegada de novos projetos industriais com a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a Aracruz Celulose, a Samarco e a expansão da Vale do Rio Doce favoreceram o crescimento do estado.

A “queda de várias barreiras de comércio e investimento aprofundou a internacionalização do capitalismo”¹²⁰ e os projetos industriais desenvolvidos no estado favoreceram o desenvolvimento da economia, o que resultou também no crescimento populacional da capital e dos municípios vizinhos. A economia do estado transformou o mercado de trabalho local, ao configurar novas oportunidades tanto para homens quanto para mulheres. O florescimento econômico teve um forte impacto na vida das pessoas, uma vez que,

seguindo as atividades industriais, foi inaugurado em Vitória e nos municípios vizinhos um caudaloso mercado terciário, que empregou milhares de pessoas vindas do interior do Espírito Santo e outras localidades do país.¹²¹

O crescimento econômico ligado a capital e região metropolitana favoreceu o natural desenvolvimento de uma rede comercial e de prestação de serviços não existente antes no estado. E, com as novas oportunidades de emprego a capital do Espírito Santo tornou-se um centro de atração populacional de forma a favorecer

¹¹⁸ NADER, 2010.

¹¹⁹ SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória – 1950-1980*. Vitória: Grafitus, 2010.

¹²⁰ VAISTMAN, 1994.

¹²¹ NADER, 2010.

ainda mais o processo de crescimento do mercado de trabalho para as mulheres, em Vitória.

O avanço da mulher sobre o mercado de trabalho, mais do que apenas proporcionar renda, se constituiu como mecanismo de luta pela autonomia em relação ao homem.

CAPÍTULO 3

GÊNEROS EM CONFLITO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

3.1. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

A Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo foi instituída no ano de 1835 e mesmo antes de sua formação existiram grupamentos que exerciam a função de manter a ordem do território capixaba. Já no período da conquista do Brasil e das Capitanias Hereditárias, o capitão-mor Vasco Fernandes Coutinho teve a função de colonizar o solo espírito-santense. Como o objetivo de proteger o território na América portuguesa. Embora munido de armas, o grupo de sessenta homens que veio com ele não pode ser entendido como um grupamento militar no solo capixaba se oficialmente, pois apenas em 1549 vieram o Brasil, junto com Tomé de Souza, os primeiros 600 soldados.¹²²

Mesmo não sendo uma força militar propriamente dita, aquele primeiro grupo armado em solo capixaba, sob o comando de Vasco Fernandes Coutinho, pode ser entendido como a inicialização da constituição de um grupamento de considerável importância para a segurança, manutenção da ordem e desenvolvimento da capitania que séculos depois passou a constituir o Estado do Espírito Santo. O registro oficial da história deste Estado mostra que sua fase inicial foi marcada por vários conflitos com os indígenas e tentativas de invasões, o que formou um cenário difícil no qual se fez vital a presença de uma força armada.

¹²² *Nossa história*. Site institucional da Polícia Militar do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/institucional/historia.aspx>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

Em 1561, uma improvisada e precária força armada, composta por índios e brancos empunhou armas sob o comando de Belchior de Azeredo para lutar contra os franceses que com duas embarcações, tentavam desembarcar em solo espírito-santense com o intuito de tomar para si tal território. Tentando novamente em 1562 e 1581, os invasores foram reprimidos em todos os casos. Na mesma época os ingleses tentaram aportar no Espírito Santo, mas também sem sucesso.¹²³

Controlada pelos donatários até o ano de 1718, a capitânia fora adquirida pela coroa pelo montante de quarenta mil cruzados. Passada à administração régia, os gestores da capitania foram indicados pela coroa portuguesa para um tempo de três anos. Mesmo transferida a gestão da então capitania do Espírito Santo para administração real, não ocorreu a melhoria de investimentos sobre a força militar capixaba.

Até meados do século XVIII, os soldados presentes na capitânia espírito-santense eram mal remunerados, não tendo sequer um fardamento adequado ao desempenho das funções. A situação desses militares somente se modificou, na região, com o avanço da mineração de extração do ouro. O temor da invasão de navegantes estrangeiros fez com que o governo português voltasse seus olhos para a militarização da capitania do Espírito Santo, uma das possíveis portas de entrada para as regiões auríferas do Brasil.¹²⁴

Em 1767, por determinação da coroa portuguesa, foi criado no Espírito Santo um regimento de infantaria que, além de contar com duas cavalarias, no ano seguinte recebeu apoio militar da Bahia, com o envio de mais uma infantaria. Em fins do século XVIII, sob o governo do Coronel Ignácio João Monjardim, a força militar no Espírito Santo foi constituída por 1588 militares, divididos em diversas companhias. Segundo Demoner¹²⁵, no ano de 1790, na capitania existia 7.225 habitantes, dos quais 4.890 eram escravos, e o efetivo militar era muito considerável em relação a essa população.

Em 1800, fora acrescida a força militar já existente na capitânia do Espírito Santo o número de 300 praças, conhecidos como Corpo de Pedestres. Na mesma

¹²³ OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

¹²⁴ DEMONER, 1985.

¹²⁵ DEMONER, 1985.

época, também foram criados vários quartéis no interior da capitania com o objetivo de garantir a segurança daqueles que, por algum motivo, realizassem incursões ao interior da capitania, além de promover o enfrentamento com os indígenas, que rejeitavam a presença dos colonos em suas terras. Para Loiola¹²⁶ este corpo de 300 praças representou o “embrião” da atual polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

O confronto com os indígenas, que atacavam os povoados e instalações coloniais, gerou a necessidade de uma força militar ainda maior. Por esse motivo, foi criado o Batalhão de Artilharia Miliciana em 1810, mesmo ano em que a força militar da capitania do Espírito Santo, antes vinculada à Bahia, tornara-se independente. Com a independência do Brasil no ano de 1822, o governo de D. Pedro I determinou, em 1824, a fusão entre as Companhias de Infantaria e o Corpo de Pedestres, passando a nova força ser denominada, a partir de então, por Companhia de Caçadores.¹²⁷

Em 1831, em virtude da abdicação de D. Pedro I e a menor idade do Príncipe Pedro de Alcântara, teve início o período regencial. Neste mesmo ano, por meio de uma lei criada em 10 de outubro, as províncias passaram a ter a permissão para estabelecerem Corpos de Guarda para a manutenção da ordem pública e fornecer ajuda ao poder judiciário.¹²⁸

A partir da autorização do governo regencial, por meio da lei nº 9, de 6 de abril de 1835, a província do Espírito Santo, criou a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Loiola¹²⁹ registra que, nos termos da lei de criação da força policial para a província do Espírito Santo, não existiu nenhuma referência à presença ou possível participação da mulher na Polícia Militar. A não menção da mulher no corpo da lei para o desempenho da função policial denota, no mínimo, a clara existência do entendimento da naturalidade desta atividade como exclusiva aos homens. Curiosamente, no mesmo ano, sob a criação da lei nº 4, teve início um programa governamental para a educação feminina. Se por um lado a mulher permanecia segregada do direito a atividade militar, por outro lado, novas garantias legais, como

¹²⁶ LOIOLA, 2007.

¹²⁷ DEMONER, 1985.

¹²⁸ ROCHA, Luiz Carlos. *Organização policial brasileira: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Civis, Polícias Militares, Guardas Municipais*. São Paulo: Saraiva, 1991.

¹²⁹ LOIOLA, 2007.

o direito a educação, ainda que desigual, foram conquistadas. Embora pudesse ser considerada um avanço, a educação voltada às mulheres não implicava na conquista da igualdade, pelo menos no que diz respeito ao acesso à educação formal. Esta educação oficializada pelo Estado era realizada em espaço diferenciado dos ambientes masculinos e com conteúdos vistos como pertinentes ao entendimento daqueles comportamentos esperados para a mulher.¹³⁰

Ainda no que se refere a questão da constituição da Corporação militar no solo capixaba, vale destacar que embora o número de soldados tenha sido reduzido nos anos seguintes, de 100 no ato da criação para 46 efetivamente ativos no ano de 1838, sua ação era reconhecida com eficaz. Em 1841, o presidente da Província, o Dr. José Joaquim Machado reconheceu o valor da força da Guarda Policial Provincial como efetiva na garantia da segurança e da ordem.¹³¹

Eficiente no desempenho de sua função, a Polícia Militar do Espírito Santo continuou seu desenvolvimento. Em 1838 foi criado o seu primeiro regulamento disciplinar com orientações sobre delitos e penas aplicáveis aos membros da corporação, sendo esta a base original da Justiça Militar em nosso Estado. Em 1844, sob a lei nº 12, de 16 de novembro, foi extinta a guarda policial provincial, sendo seu efetivo absorvido pela Companhia de Guerrilha criada no ano seguinte com a função de prender escravos fugidos e criminosos.¹³²

Nos anos que se seguiram a falta da Guarda Policial Provincial foi sentida pela população e governantes da província do Espírito Santo de forma que, em 1854, o então presidente da Província, Sebastião Machado Nunes, expressou sua insatisfação com a extinção da Guarda Policial, em 1844. Segundo ele, a extinção da Guarda resultara em dificuldades para o governo. No ano de 1855 o presidente José Mauricio Fernandes restabeleceu a Força Policial Provincial, ao revogar as leis contrárias a sua existência e no ano seguinte, a polícia militar ressurgiu sob o nome de Força Policial.¹³³

Em 1861, a Força Policial foi reorganizada, quando passou a ser conhecida como Companhia de Polícia, tendo no ano de 1862, 104 policiais, 3 corneteiros, 6

¹³⁰ NOVAES. Maria Estella de. *História do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d.

¹³¹ DEMONER, 1985.

¹³² LOIOLA, 2007.

¹³³ LOIOLA, 2007.

cabos e 8 oficiais.¹³⁴ Ainda na década de 1860, esta companhia destacou-se pela participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), entre os anos de 1865 e 1869, ao enviar 50 soldados juntamente a outros 877 voluntários, recrutas e guardas nacionais, totalizando 927 homens.¹³⁵ E, embora a precisão dos números possa divergir, já que Demoner¹³⁶ faz menção a mais de 1200 homens, deve-se dar o devido valor e importância ao registro da presença desses combatentes enviados pelo Espírito Santo à Guerra do Paraguai, uma vez que a própria história registra que, após o retorno dos combates ao Espírito Santo ocorreu a realização de condecorações e promoções ocorridas em virtude da atuação na guerra.

Na metade final do século XIX, a importância da atuação dos soldados da força policial espírito-santense contrastava com a dificuldade de se arremeter voluntários para comporem a força da Companhia de Polícia. Diante dessa dificuldade, o comando estabeleceu um prêmio de 200\$000 réis para cada voluntário. Este prêmio era pago em duas parcelas, uma primeira ao se tornar praça e outra depois da conclusão do engajamento.¹³⁷

Vencidas as dificuldades para sua organização, a força policial do Espírito Santo foi diversas vezes renomeada. Nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX a organização foi denominada por Corpo da Segurança, em 1881, Corpo de Polícia, em 1893, Corpo Militar de Polícia, em 1908, Regimento Policial Militar, em 1924, Força Policial, em 1933, Força Policial Militar, em 1940, e definitivamente consolidando-se como Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), em 1946.¹³⁸

Desta forma, assevera-se que ao longo de sua história, entre as grandes transformações vividas pela PMES, quanto a sua constituição e membros, talvez a mais impactante tenha sido a abertura de seu espaço às mulheres. Ocorrida em 1983, a participação feminina na atividade policial no Espírito Santo, até então de exclusividade masculina, rompia com séculos de consolidação da hegemonia masculina sobre a atividade policial. A participação da mulher na força policial capixaba não representa apenas a abertura de um novo espaço para elas, mas

¹³⁴ DEMONER, 1985.

¹³⁵ LOIOLA, 2007.

¹³⁶ DEMONER, 1985.

¹³⁷ DEMONER, 1985.

¹³⁸ LOIOLA, 2007.

também a quebra do exclusivismo da instituição militar como espaço machista por excelência e domínio masculino.

3.2. - A MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO.

A presença da mulher em qualquer instituição militar no Estado do Espírito Santo e no Brasil é algo considerado historicamente novo. Embora desde o início da ocupação portuguesa se tenha organizado efetivos militares para defesa do território e manutenção da ordem, somente no século XX a mulher conseguiu vencer as barreiras culturais e legais que impediam sua participação na atividade militar, devido ao seu caráter masculinizado. Ao expor o entendimento social quanto ao desempenho da atividade militar, Schactae¹³⁹ afirma que “as instituições militares e as policiais, são espaços ocupados por homens, nos quais os seus símbolos e suas práticas são identificadores da masculinidade”.

Essa compreensão presente em nossa sociedade garantiu até meados do século XX a preeminência masculina sobre atividade militar e somente no ano de 1955 ocorreu a abertura à participação feminina nos setores militares como parte de sua corporação. Naquele ano a Polícia Militar de São Paulo (PMSP) oportunizou vagas para as mulheres a fim de compor um corpo feminino de policiais. A partir da PMSP outras instituições também se abriram para as mulheres, como exemplo, a Marinha por meio pela lei nº 6.807, em 1980, seguida pela aeronáutica no ano de 1981 e o Exército no ano de 1991.

Especificamente em relação ao Estado do Espírito Santo, apenas em 1983 a mulher tem acesso à atividade da Polícia Militar. Naquele ano, o então governador Gerson Camata, assinou o decreto nº 2.569-E que determinou o acesso da mulher a Polícia Militar. Em seu corpo, o decreto afirma que a Companhia de Polícia Feminina é responsável por missões de policiamento especial.¹⁴⁰

¹³⁹ SCHACTAE, 2014. p. 1.

¹⁴⁰ LOIOLA, 2007.

O corpo do decreto assim se referiu à participação da mulher:

DECRETO Nº 2.569-E de 06-05-1983.

O governador do Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o artigo 71 da Constituição Estadual e de acordo com o artigo 56 da lei nº 3044 de 31 de dezembro de 1975 (lei de Organização básica da polícia militar).

Considerando o assustador aumento da população flutuante na área da Grande Vitória e os consequentes problemas dela advindos, fundamentalmente, nos terminais rodoviários, ferroviários, aeroporto e zonas de maior concentração urbana;

Considerando que a experiência de outras corporações policiais-militares, vem demonstrando a alta eficiência obtida pela polícia militar feminina;

Considerando que o governo tem por dever prever e prover os meios necessários e eficientes para melhor segurança de nossa população;

Considerando que a presença do elemento do sexo feminino na atividade estatal da segurança pública vem, sem dúvida, amenizar a natural aspereza da conduta policial na difícil tarefa de garantia da ordem pública, se contudo comprometer sua eficiência;

Considerando, finalmente, que a criação da Polícia Feminina não acarretará qualquer aumento de despesa, uma vez que, em qualquer face do que dispõe a lei nº 3529, de 05 de janeiro de 1983, não há a necessidade, no momento, do aumento de efetivo nem suplementação da dotação orçamentária própria.

DECRETA:

Art. 1º o artigo 34 da Lei 3044 de 31 de dezembro de 1975, fica acrescido do item VII com a seguinte redação: VII – Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia. PM Fem.) que tem a seu cargo as missões de policiamento especial.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio Anchieta, aos 06 de maio de 1983; 162º da independência, 95º da República e 448º do Início da Colonização do Solo Espírito Santense.

GERSON CAMATA

Governador do Estado

Dirceu Cardoso

Secretário de Estado da Seg. Pública.¹⁴¹

Como visto, o texto do decreto expressou não somente os espaços de atuação “especial” ao quais as mulheres se destinaram, como também demonstrou a visão machista que impregnava a sociedade, no que diz respeito ao esperado para a mulher na função de policial militar. A fala do então Coronel Lízio de Araujo¹⁴², comandante geral da Polícia PMES, na ocasião da criação da Companhia de Polícia Feminina, reforça o entendimento relativo ao comportamento esperado para a mulher naquele período, ao afirmar que:

¹⁴¹ DEMONER, 1985. p. 210 e 211. (grifo nosso)

¹⁴² ARAUJO, Coronel Lízio de. Apud DEMONER, 1985. p. 214.

“[...] A mulher, com toda a sua privilegiada intuição, com sua graça e leveza de gestos, comportamento e brandura ao falar, cria na estrutura rígida da disciplina militar, um toque de realce mais elástico e concessivo, sem, contudo negar ou anular as bases desses princípios.”

Tanto o texto do decreto, quanto o discurso do Coronel Lízio de Araujo, ao fazer referência à participação da mulher na atividade policial, valorizou os padrões comportamentais constituídos como femininos, padrões que serviram, ao longo da história, para impor a subordinação da mulher em relação ao homem.

A partir da publicação do decreto do governador Gerson Camata realizou-se o concurso para o primeiro grupo de sargentos mulheres da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Sob os critérios impostos pelo comando da PMES, específicos para a realização desse concurso, foram abertas as inscrições conforme o edital abaixo apresentado:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
EDITAL DE CONCURSO

O Comando Geral da Polícia Militar do Espírito Santo torna público que do dia 06 a 24 de Junho de 1983, estarão abertas no QCG em Maruípe, no horário de 12:30 às 17:30 horas (as quartas-feiras, no horário de 08:00 às 12:00 horas), as inscrições para o concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Sargentos Femininos da PMES.

Exigências:

- Ser Brasileira;
- Ser Solteira;
- Ter idade mínima de 18 anos e máxima de 25 anos;
- Possuir o 2º grau completo ou equivalente;
- Pagar taxa de inscrição no valor de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a favor da PMES, na Agência Central do BANESTES, conta nº. 70-390-30;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Apresentar carteira de identidade;
- Trazer 03 (três) fotos 3X4, de frente e recente;
- Altura mínima de 1,58 mts.

Vitória/ES, 31 de maio de 1983.

LIZIO CARVALHO DE ARAÚJO
Cel PM Comandante Geral da PMES¹⁴³

Publicado o Edital, 656 mulheres solteiras - exigência do edital - se inscreveram para a prova inicial. As candidatas para o concurso advinham da própria sociedade capixaba. De famílias com renda regular, a maioria delas tinha

¹⁴³ A Gazeta Apud LOIOLA, 2007. p. 17.

formação acadêmica equivalente ao atual ensino médio, com exceção de poucas que já haviam iniciado um curso de formação superior.

Realizadas as provas de conteúdos escolares nos dias 02 e 03 do mês de julho, na Escola Técnica Federal do Espírito Santo, atual Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), o resultado foi publicado no dia 08 do mesmo mês. A próxima etapa foi composta por exames médicos-odontológicos entre os dias 08 e 22 de julho, tendo a divulgação dos resultados médicos no dia 25 de julho. No dia 05 de agosto foram realizados os testes psicológicos e tiveram início as avaliações físicas no Quartel de Maruipe, que terminaram no dia seguinte. Finalmente após todas as etapas do concurso ocorreu a publicação do resultado final, no dia 08 de agosto, sendo a apresentação e a realização da aula inaugural no dia seguinte.

Após todo processo de realização do concurso público, das 656 mulheres inscritas, 94 foram aprovadas e dessas, 67 tomaram posse como aspirantes a sargentos da Companhia de Polícia Militar Feminina do Estado do Espírito Santo.¹⁴⁴ Após a posse, essas mulheres passaram por treinamento pelo período de oito meses e, abaixo vê-se um retrato da turma.



Figura 4: Alunas apresentadas no Quartel de Maruipe. (1983). Fonte: acervo pessoal da Capitã da Polícia Militar do Espírito Santo Edelci Lima do Nascimento.

¹⁴⁴ *Jornal A tribuna*. Vitória. 10 de Julho de 1983.

Finalmente, após a realização do concurso e passado o período de treinamento, em 12 de Junho de 1984, formou-se a primeira turma de sargentos femininos da PMES, composta por 67 mulheres sargentos. Este primeiro grupo de sargentos femininos foi integrado a PMES em dois grupos, um no dia 04 de agosto de 1984 e o outro quatro dias depois, em 08 de agosto de 1984, sendo esta última data considerada o marco comemorativo do ingresso da mulher na corporação da PMES.¹⁴⁵ Após a formatura, novamente, o grupo foi dividido em dois, sendo o primeiro, formado pelas mais bem colocadas no concurso, destinado ao policiamento de trânsito, e o segundo destinado para o Policiamento Ostensivo (P.O), principalmente nas localidades de intenso contato com o público como o aeroporto, rodoviária e Praça Costa Pereira, no centro de Vitória.

Com o intuito de comprovar a hipótese que, desde o início norteou a presente dissertação, buscou-se uma aproximação com essas mulheres que compuseram a primeira turma de Sargento feminina da PMES. Para tanto, procurou-se localiza-las e após o primeiro contato, foi realizada entrevista com as que se dispuseram participar desta pesquisa, independente da condição de ativa ou aposentada pela Corporação.

Para realização da pesquisa foi utilizado o método de entrevista semi-estruturada, no qual se segue um roteiro básico de perguntas relativas ao tema pesquisado. As perguntas, de acordo com este método, podem sofrer variações de acordo com novas hipóteses oportunizadas pela fala do entrevistado. A opção por esta forma se deu à medida que nela não há o enquadramento em uma variação padronizada de respostas, o que permite que outras possibilidades não observadas ou pretendidas pelo pesquisador possam vir à tona.¹⁴⁶ Assim, a partir de uma entrevista piloto realizada com uma das policiais, foi elaborado um roteiro de entrevista, com questões básicas relativas às vivências iniciais das primeiras sargentos femininas da PMES.

¹⁴⁵ LOIOLA, Gelson. As mulheres no quadro de combatentes da PMES: 25 anos de participação. In: *Revista Preleção*- publicação institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Ano III, n. 5, abr. 2009. Vitória: PMES/ DEI. 2009.

¹⁴⁶ MAZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIISPEQ/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

As entrevistas foram realizadas com oito mulheres com idade entre 48 e 55 anos, todas residentes na região da Grande Vitória. O local escolhido para as entrevistas variou de acordo com a localização de moradia e agenda delas, sendo realizadas no quartel de Maruípe, na Secretaria de Segurança Pública e na residência das policiais.

As falas das entrevistadas forneceram informações e reforçaram as percepções quanto ao esperado proceder para as mulheres na atividade policial militar. Com o objetivo de resguardar a identidade das entrevistadas, elas serão nomeadas daqui por diante pela referência PM - Policial Militar - e o número de ordem referente à entrevista, ou seja, PM1, PM2, e assim por diante.

De forma geral, embora existissem casos onde o ingresso na atividade policial representasse a realização do sonho pessoal de seguir uma carreira militar, a maioria das mulheres que realizaram o concurso para sargento feminino da PMES, no ano de 1993, buscavam a oportunidade de emprego oferecida pelo Estado. A então modesta oportunidade, aberta pelo Estado do Espírito Santo, para a participação feminina na Polícia Militar, foi aproveitada pelas mulheres que relataram ser aquela uma boa oportunidade na carreira militar, seja através da realização pessoal de uma carreira ou pela oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho.

Durante as entrevistas pode-se observar que as mulheres, embora estivessem fazendo história ao ingressarem na atividade policial militar, ainda experimentavam fortes imposições sociais existentes em relação à condição feminina, muitas vezes reproduzidas pelas próprias policiais em suas falas durante as entrevistas. Mesmo tendo se passado três décadas da realização do concurso e inclusão das mulheres na Polícia Militar nota-se na fala de algumas dessas mulheres aspectos dos estigmáticos constructos sociais relativos ao gênero.

A fala da PM3, expressa o ordenamento social formado e carregado pelos indivíduos. Ao ser questionada sobre a existência de distintos padrões de comportamento para o homem e a mulher, ela argumentou que existe uma diferença de caráter natural entre homens e mulheres no que diz respeito ao comportamento. Para ela existe uma diferenciação de funções sociais que poderiam ser explicadas pelo aspecto biológico, no qual a condição biológica de macho ou fêmea impusesse

os comportamentos femininos e masculinos. Chama a atenção em sua fala, a controvérsia entre o discurso carregado do machismo corrente na sociedade e a busca pessoal pela sua quebra, onde mesmo acreditando na existência de aspectos naturais para o proceder de mulheres e homens, e assim o estabelecimento de categorizações quanto ao agir feminino, ela, juntamente as demais mulheres de sua turma não rejeitaram a nova oportunidade que surgia. Para a maioria das entrevistadas, o concurso público abriu as portas da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo para as mulheres que, motivadas pela busca de uma vaga de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo, participaram, mesmo contra a opinião de parte da sociedade.

Durante as entrevistas pode-se notar que, para a maioria das mulheres ouvidas, a motivação para a realização do concurso foi a opção de emprego. Das entrevistadas, apenas uma das policiais, a PM6, argumentou quanto ao sonho de se tornar militar. Esta, de família com militares, sentia-se estimulada em buscar uma oportunidade na mesma carreira que seus familiares, o que poderia ocorrer, segundo ela, em qualquer uma das instituições militares que abrisse vaga para mulher. As demais policiais entrevistadas assinalaram que a escolha pela polícia se remetia a necessidade de emprego. Ao ser questionada sobre a causa de sua escolha, a PM1 relatou que, em maio de 1983, quando foi divulgado pelos meios de comunicação a realização do concurso público, ela motivou-se a participar pela oportunidade de emprego. Segundo ela, naquele período, o Brasil vivia sob o regime militar, e ela, enquanto estudante da então Escola Técnica do Espírito Santo, não tinha admiração, nem tão pouco pensava em uma carreira como policial militar. Sua participação no concurso fora motivada pela oportunidade de emprego no difícil cenário econômico do Espírito Santo e do Brasil, daquele momento.

Outras entrevistadas reforçam o entendimento quanto à busca pelo emprego como fator motivador para a participação do concurso. Ao ser questionada pelo motivo de sua participação, a PM2 expôs que trabalhava na Prefeitura Municipal de Vitória, onde era recepcionista e que, embora também tivesse militares em sua família e a possibilidade do uso da farda a empolgasse, ela não sabia ao certo o que era ser policial. Segundo ela, na época do concurso, em conversas com outras candidatas, pode perceber que boa parte das demais concorrentes não tinha grande conhecimento sobre a função que desempenhariam caso aprovadas no concurso,

tendo a maioria delas se interessado realmente pela oportunidade de emprego uma vez que provinham de famílias com renda mediana.

Tal entendimento também foi observado na fala da PM3 ao explicar que sua opção pela participação no concurso deu-se primeiro pela necessidade de emprego para complementar a renda familiar. A mesma percepção teve a PM4 ao definir a década de 1980 como difícil de se colocar no mercado de trabalho. Assim, a polícia se apresentou como uma oportunidade de se conseguir o primeiro emprego sem ter experiência. Para a PM5, que na época já havia iniciado um curso de graduação e fazia parte de uma família formada por seu pai e seis irmãos, existia a necessidade de conciliar os estudos com o exercício de um emprego devido as necessidades financeiras. Diante da necessidade de renda, a busca por uma vaga de trabalho foi o principal motivo de sua participação no concurso para sargento feminino da PMES.

Em caráter ressonante as demais entrevistadas, as PM6 e PM8 definiram que a necessidade financeira foi o motivo imediato para a participação do concurso. Para a PM8, que já ocupava a posição de estagiária no quartel de Polícia Militar, aquela era uma boa oportunidade para conquistar um posto definitivo de trabalho que lhe provesse a autonomia financeira.

Para as policiais, a autonomia possibilitada pelo concurso motivou o enfrentamento das duras condições a elas impostas. Durante as entrevistas, praticamente todas as policiais relataram que no início do exercício da atividade policial elas enfrentaram várias dificuldades como a rejeição por parte dos demais companheiros de atividade, subalternos, iguais ou superiores, e falta de adequação das instalações para a presença feminina, o que as levaram a utilizar os mesmo espaços como banheiros, alojamentos e equipamentos utilizados pelos homens.

No próprio corpo do decreto 2569-E, de 06-05-1983, que ordenou a inclusão da mulher na PMES, fica exposto a falta de preocupação do Estado em prover recursos financeiros para adequação dos espaços, ao alegar que a inclusão da mulher na Corporação Militar não acarretaria em nenhuma forma de suplementação orçamentária própria. Sobre esta condição a PM5 relatou que, na época, em qualquer espaço público que se entrasse existia banheiros femininos e masculinos, mas que no caso da Polícia Militar o banheiro utilizado era o mesmo. Segundo ela, na corporação da PMES os banheiros eram divididos de acordo com patente, ou

seja, oficiais e praças. Não existia a separação de sanitários segundo o sexo, o que causava grande constrangimento para as mulheres. Para ela, foi necessário quebrar a barreira e estabelecer uma nova organização quanto divisão dos espaços divididos por homens e mulheres no quartel. Assim, a partir da reivindicação das próprias mulheres, passou-se a reordenar a organização dos espaços com a divisão dos banheiros apenas entre masculinos e femininos, uma ordenação por sexo e não mais por patente.

Quanto à divisão dos espaços, a PM1, argumentou ter enfrentado sérios problemas por não existirem espaços físicos apropriados para a mulher na Polícia Militar. Para ela, a dificuldade era ainda maior para a metade da turma que seguiu para o policiamento ostensivo (PO), pois ao trabalharem nos módulos que existiam pela cidade, se deparavam com a existência de um único sanitário, geralmente em péssimas condições de higiene. A policial informou ainda que tais policiais recorriam aos lojistas próximos aos módulos, solicitando a utilização do banheiro das lojas. Para essas mulheres não existiam armários reservados nem tão pouco alojamento.

Das então sargentos entrevistadas, apenas uma informou não ter sentido dificuldades quanto à falta de espaços apropriados a presença da mulher. Mas, a PM3 reforçou em sua narrativa a falta de espaços próprios para as mulheres e para a PM2 e a PM5 faltavam até mesmo os equipamentos como uniforme e coletes apropriados ao corpo da mulher. Os equipamentos utilizados por elas eram os mesmos utilizados pelos homens.

Apesar das dificuldades enfrentadas durante a fase de treinamento e início do exercício da função, as mulheres não desistiram e seguiram rompendo com a imagem caricaturada do modelo feminino prevalente na sociedade. Em outras palavras, elas batalharam e venceram na conquista de novos espaços que ao tentarem rejeitar sua participação reforçavam os velhos estigmas. De que as mulheres deveriam ter comportamentos adequados ao seu sexo.



Figura 5: primeira turma de sargentos da Polícia Feminina da PMES. Fonte: acervo pessoal da Capitã da Polícia Militar do Espírito Santo Edelci Lima do Nascimento.

Ao observar a figura 5, nota-se o mesmo posicionamento de pernas e mãos adotados por todas as sargentos. Tal postura, segundo as entrevistadas, foi o resultado da orientação prestada por uma oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), que veio ao Espírito Santo especificamente para ministrar orientações quanto ao proceder do policiamento feminino. Sobre este episódio a PM7 informou que logo no início da contratação do grupo de sargento feminino na PMES o comando da Corporação percebeu que estava enfrentando dificuldades no relacionamento com elas. Sem ter tido nenhuma forma de adaptação a entrada das mulheres na Corporação da PMES, a chefia de polícia do Espírito Santo contatou o comando da PMSP que enviou uma tenente cujo primeiro nome é Elizabeth. Ela permaneceu no Estado por vários dias, a fim de observar e fazer inspeções de como se dava o relacionamento entre as policiais e a chefia, além de ter notado o próprio agir delas. Ela participou de reuniões nas quais orientou o onde trabalhou orientações ao comando quanto à conduta relativa às policiais. Às sargentos passou orientações em relação ao corte de cabelo, que não poderia ser longo, preferencialmente até a altura do ombro, de forma que pudesse ser realizado um “coque”, passou também orientações sobre o uso de maquiagem, ponto que gerava muita dúvida entre as mulheres e a chefia.

A PM7 chamou a atenção ainda para a dupla exigência que o comando aplicava. Ao mesmo tempo em que se queriam mulheres com características femininas, exigia-se o cuidado com os excessos, por exemplo, quando se passava um batom vermelho, chamavam atenção e até pediam para retirá-lo. Quanto a isso elas relataram que um oficial, certa vez, retirou com as próprias mãos, o batom de uma de nós, porque em sua opinião o batom vermelho era demasiadamente chamativo. Quanto ao uso do batom, a Tenente explicou que a cor deveria ser discreta, por elas não poderem chamar a atenção durante o uso da farda. Além disso a PM paulista Elisabeth, passou regras quanto ao comportamento, como andar e se sentar.

A narrativa da PM7 expõe que estas primeiras mulheres da Polícia Militar do Espírito Santo, além das dificuldades relativas às instalações físicas, vivenciaram os estereótipos sociais quando ao proceder feminino dentro da corporação. No exercício da atividade policial, elas eram pressionadas, avaliadas e julgadas, pois consideradas “invasoras” de um dos nichos sociais vistos como próprio dos homens, essas mulheres de vanguarda da sociedade espírito-santense experimentaram diversas formas a rejeição, direta ou simulada. Rejeição que de forma geral buscavam impor a elas a condição de submissão em relação ao homem forjada ao longo da história.

3.3. MULHER MILITAR: A “CONTRADIÇÃO” DE UM SEXO.

O caráter misógino da sociedade brasileira, formado ao longo dos séculos sob a influência da cultura latina, não fora suficiente para impedir a mulher de questionar o posicionamento social ao qual fora impelida a viver por longos anos. Ao contrário, o fortalecimento da mulher como agente histórico a partir do último quartel do século XX, pode ser visto como elemento de grande importância na reordenação dos papéis sociais que, forjados ao longo da história, faziam-se fortes ainda na década de 1980, quando as mulheres alcançaram espaços de trabalho no qual desenvolveram atividades até então consideradas masculinas por excelência. Sendo

o florescer do movimento feminista algo ligado aos anos de 1970, nem mesmo uma geração havia se passado até 1983, ano no qual as mulheres foram inseridas, por meio de concurso, na corporação militar.

Na década de 1980 a sociedade espírito-santense ainda vivia a forte marca dos estigmas impressos na sociedade e no comportamento feminino. A fala de uma das primeiras policiais a ser incorporada na atividade de policiamento militar, a PM5 expressa bem a visão da sociedade quanto aos papéis para as mulheres e os homens naquele período. Ao descrever sua atuação enquanto figura de poder e comando sobre homens durante as abordagens da polícia de trânsito na cidade de Vitória, ela expôs que a população, quando elas atuavam na posição de comando de soldados e cabos homens, no atendimento de ocorrência, as pessoas reportava-se aos homens soldados ou cabos, mesmo de patente inferior e não a elas. Os soldados e cabos após ouvirem as partes reportavam a elas expondo o ocorrido para a tomada de decisão. Na opinião dela, o fato ser mulher, e mais nova do que os policiais homens presentes na ocorrência, serviam de duplo fator para a desconsideração da patente. Ela definiu, segundo sua percepção que, para a população que não estava acostumada com a presença da mulher policial, o homem sempre ocuparia o cargo de chefia e a mulher a função de uma auxiliar, não uma comandante que tomaria a decisão.

Percepção semelhante foi narrada pelo Jornal A Gazeta¹⁴⁷ ao publicar uma reportagem sob o título “Na PM baixinha não entra”, que entrevistava uma policial que afirmava ter sentido discriminação social por ser mulher. Na reportagem, além de narrar situação semelhante à passada pela PM5, a policial declarou ter sido confundida com uma telefonista, profissão tipicamente aceita como feminina.

Nem mesmo a construção do argumento da importância da participação da mulher facilitava sua atuação. Centrado nas categorizações sociais femininas, o discurso do estado, na fala do já citado Coronel Lízio de Araujo, não tornava fácil a vida da mulher policial, mas reforçava o condicionamento feminino. A ideia de sua atuação ligada às necessidades sociais de uma corporação considerada demasiadamente rígida e ineficiente no trato com menores, idosos e outras mulheres, trabalhava em manter as barreiras entre os gêneros. A própria valorização

¹⁴⁷ *Jornal A Gazeta*. Vitória, 12 de novembro de 1986.

desses comportamentos como característicos da mulher, favorecia a permanência das percepções negativas a sua participação, projetando-as como incapazes de desenvolverem o enfrentamento com os riscos inerentes à profissão.

Não somente no Estado do Espírito Santo ocorreu o reforço das características esperadas para o feminino. Tal entendimento, da limitação das habilidades da mulher, mesmo na atividade policial, não estava presente somente na cultura capixaba, mas no país como um todo. Por volta da década de 1980, várias Companhias de Polícia Feminina foram criadas pelo Brasil e era comum entre elas existirem o mesmo discurso da mulher frágil, dedicada, carinhosa e terna. Assim, ao mesmo tempo em que se justificava a abertura do espaço para elas, impunham as conceituações marcadas pelo preconceito.

Como exemplo, pode-se citar o caso da criação da Companhia de Polícia Feminina do Estado do Rio de Janeiro, um modelo que se aplica a vários outros estados da federação, incluindo o próprio Espírito Santo. Nele ocorreu a verdadeira segregação inicial da mulher na corporação. Com nomenclatura própria, isto é, denominando a Polícia Feminina como Companhia de Polícia Feminina da Polícia do Estado do Rio de Janeiro criou-se a impressão de ser a Companhia Feminina como uma Cia. a parte, uma polícia dentro da própria polícia, com funções diferenciadas. Ao tratar deste assunto, Soares¹⁴⁸ expõe que, o ingresso da mulher na atividade policial militar no Brasil se associou a necessidade de se atender determinados espaços que não eram atendidos pelo policiamento masculino, campos onde, por suas características, o homem tinha dificuldade de atuar.

Sendo a ocupação das áreas de poder que representem o Estado, espaços de prevalência do homem, a Polícia Militar pode ser incluída como uma das mais claras marcas do controle masculino sobre as formas de execução da autoridade. Há séculos o homem, marcado pela mentalidade patriarcal, busca garantir, por meios de ritos e campos privilegiados de ação, a certeza de que sua masculinidade é conquistada “ao preço de grandes dificuldades”¹⁴⁹. A participação da mulher nos mesmos espaços celebrados como campos masculinos afronta a ordem estabelecida de exercício de poder do homem. Assim, já que ao longo do tempo a

¹⁴⁸ SOARES, 2005.

¹⁴⁹ BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 69.

atividade militar foi construída sob a égide da virilidade e masculinidade, a inclusão da mulher ocorreu sob a organização de um entendimento histórico sobre a feminilidade.

Dessa forma se percebe a existência da manutenção da visão de incoerência entre a mulher e determinadas características tidas como masculinizadas como o porte de arma e uso da força. Assim, se durante a história as mulheres participassem de atividades ligadas à função militar como a guerra, a sua maioria teria a função de cuidado com os feridos ou outra atividade complementar a do homem. Caso seu envolvimento ocorresse diretamente no combate, sua participação seria visto como uma transgressão que rompia a “ordem natural” do exclusivismo do homem sobre a prática da guerra que fortalecia a condição masculina de domínio imposta pelo homem.¹⁵⁰

Ao longo da vida, cada ser humano desenvolve sua representação social a partir de um conjunto de papéis estabelecidos na sociedade. Porém, mesmo com a dinâmica onde os papéis sociais são redefinidos, transformados à medida que novas variações são propostas. Acontece que em 1983, ainda prevalecia, de forma muito latente, o entendimento quanto à naturalidade da rigidez dos papéis sociais para homens e mulheres. Ao comentar as permanências quanto a existência de tais padrões de comportamento a PM7 declarou que, na sua percepção, naquela época se esperava a diferente atuação social para as mulheres e os homens. Ela alega que quando elas foram inseridas na Polícia Militar, em 1983, isso era bem evidente. Apenas homens eram policiais. Elas ao serem aceitas passaram pelo mesmo treinamento a eles destinado. Formava-se uma situação controversa, pois ao mesmo tempo em que se esperava a força para o cumprimento das atividades e treinamento masculinos, valorizava-se os comportamentos vistos como específicos da mulher, a delicadeza e a sensibilidade.

De acordo com Franco¹⁵¹ a origem desse entendimento relativo a condição da mulher na sociedade brasileira tem a sua fundamentação machista herdada da cultura ibérica, que imputou fortes barreiras sobre a mulher afim de impedir a ruptura

¹⁵⁰ SCHACTAE, 2014.

¹⁵¹ FRANCO, 2004.

dos históricos estereótipos que as vinculavam à condição de mãe e mulher frágil, inferior, reclusa e dócil. Estas permanências conceituais relativas à mulher, ainda presentes na década de 1980, serviram para fomentar nos homens e na sociedade, comportamentos de rejeição à participação da mulher na atividade policial militar.

A fala da PM3 demonstra que, apesar da disciplina e hierarquia, bases do comportamento militar, não se impedia o desenvolvimento de processos de rejeição a entrada das mulheres na polícia. Ao descrever sua atuação de comando sobre os homens ela pondera sobre a percepção desses em relação a ela que ocupava a posição de sargento. Para ela, a opção do Estado em abrir o concurso para o provimento de vagas para a função específica de sargento tinha um objetivo claro, o de garantir o afastamento das mulheres com o corpo de soldados combatentes. A posição destinada a elas, ao mesmo tempo em que lhe conferia um posto de chefia, as mantinham afastadas do convívio direto com os outros policiais. Embora elas tenham ido em sua maioria para o trabalho nas ruas com os soldados, sua condição de liderança garantia o afastamento mínimo entre homens e mulheres.

Aquelas que trabalharam no Policiamento Ostensivo fixavam base nos Departamentos de Polícia Militar (DPMs), módulos que ficavam nas praças Getúlio Vargas e Costa Pereira e na rodoviária de Vitória. Nesses postos, elas comandavam os policiais, cabos e soldados e normalmente tinham cinco ou seis policiais sob seu comando. Boa parte das entrevistadas alegou que naquele ambiente de hierarquia existia o respeito pela patente, mas que, no entanto, era possível perceber formas de rejeição à presença delas, através de cochichos, falas de duplo sentido que fortaleciam os aspectos da feminilidade ou o ato de deixar a camisa da farda um pouco aberta eram percebidas, por elas, como forma do homem se impor.

A partir dos relatos das policiais, se percebe que na época de seu ingresso na PMES existia, por parte dos homens da Corporação, a construção do discurso contra a presença da mulher na atividade policial. Durante a realização da entrevista a PM7 relatou um episódio vivido por ela quando ocupava a posição de subtenente de batalhão. Ao perceber a grande movimentação em torno de uma ocorrência de grande vulto, ela dirigiu-se ao oficial que estava a frente da operação e ao perguntar se poderia oferecer algum auxílio, ouviu do oficial que se ela pudesse fazer um “cafezinho” ele agradeceria. Embora essa passagem possa ter um aspecto cômico,

ela denota o reforço das construções ligadas ao feminino que serviam como mecanismos de rejeição à mulher na Polícia Militar.

Somado a resistência do comando feminino para o desenvolvimento das atividades rotineiras, a PM2 expôs a dificuldade que ela vivenciou em relação a postura de insubordinação quanto à vestimenta, pois os policiais masculinos tinham o hábito de usar a farda com os botões abertos, prática não recomendada pelo Comando, e quando advertidos por elas, eles abotoavam apenas no ato da advertência. Vale pontuar que a mesma policial comenta que o desgaste era tão recorrente que por vezes ela deixou de recomendar o acerto na vestimenta.

Segundo as mulheres entrevistadas, a própria realização do concurso para a função de sargento, era uma maneira de garantir a separação entre homens e mulheres. A natureza da função não lhe conferia elevada hierarquia ao mesmo tempo em que impediria o convívio em pé de igualdade com os demais soldados. No entendimento da PM3, sua condição de sargentos favorecia a manutenção de “distância” entre elas e o corpo combatente.

Apesar da disciplina e hierarquia presentes, para alguns soldados homens o fato de se colocar em condição de inferioridade à mulher era algo que deveria ser evitado. Conforme Ulson¹⁵² descreve, todos os seres humanos têm suas vidas orientadas a partir de uma complexa rede de padrões comportamentais formados ao longo de gerações. Quando esses padrões são rompidos ou reordenados de forma rápida acontece a perda dos referenciais de identidade.

No caso da atividade policial militar, o que se nota é que a mulher foi considerada como “invasora”. Sendo também vista como afronta ao *status quo* da mulher na sociedade que, por sua vez, adotou formas de práticas de rejeição a ameaça da quebra dos modelos sociais estabelecidos que poderiam afetar não somente a condição da mulher, mas também a do homem. Segundo a PM5 os homens não assimilaram bem a presença das mulheres e principalmente aqueles que eram subordinados ao comando delas apresentavam maior resistência ao convívio ao aplicar formas de ação que caracterizavam a ruptura da hierarquia militar. Comportamentos adotados pelos soldados como se referir a sargentos

¹⁵² ULSON, 1997.

homens como “senhor” e a elas como “você”, funcionariam como forma de se impor à presença da mulher e simular a não aceitação da sua superioridade militar. Além disso, percebia-se em determinadas ocasiões o não cumprimento da ordem dada pela mulher.

Elias¹⁵³, ao expor seu modelo sociológico, no qual um grupo estabelecido rejeita a participação igualitária com outro por ele denominado *outsider*, relata que o grau de coesão do grupo, que naquele caso envolve famílias, mas que aqui se dá na questão de gênero, faz com que os estabelecidos, os homens, não aceitem a condição de igualdade ou a divisão do espaço com a mulher, uma vez que leva a ação de exclusão e estigmatização como armas para garantir seu caráter superior e manter seu posicionamento social.

Como exemplo das práticas de desobediência intencional pelos motivos supracitados, que de fato representam a prática da rejeição à presença da mulher na polícia militar e a sua posição de comando, descumpria-se intencionalmente a ordem dada por elas. Mediante a função de sargento, cabia a elas a supervisão e coordenação do posicionamento dos soldados no policiamento ostensivo.

Sobre esta situação a PM3 relatou em entrevista que os homens tinham dificuldades de obedecê-las, pois achavam que pelo fato de serem mulheres não poderiam exercer o comando ou interferir em uma ocorrência policial que já estivesse sendo realizada por eles. Segundo ela, os homens do batalhão alegavam que já exerciam a função há mais tempo e que já possuíam mais experiência nas ações a serem desempenhadas. Dessa forma, quando ela tentava atuar na correção de determinadas ações, eles não aceitavam a ordem. A PM4 acrescenta que os homens mais jovens apresentavam mais resistência em atender às ordens dadas por mulheres do que os veteranos.

Referindo-se ao assunto, a PM4 relembrou a dificuldade que ela e as demais colegas tiveram para conquistar o espaço de trabalho, pois para certos policiais masculinos elas não teriam capacidade para atuar em algumas funções como por exemplo, conduzir uma viatura policial ou organizar uma escala de guarda. Outra postura que incomodava as mulheres entrevistadas era o fato de alguns homens do

¹⁵³ ELIAS, 2000.

Batalhão as tratarem como pessoas frágeis, indefesas. Para elas, chavões como “madame” eram uma forma de afronta, principalmente nos momentos em que elas, junto com eles, precisavam realizar uma operação policial em um bairro considerado hostil.

Todavia, para algumas polícias, o mesmo clichê de “madame” mantinha um sentido dúbio, pois ao mesmo tempo em que as colocavam como seres indefesos, com certas limitações para agir em defesa do outro em locais considerados perigosos, havia certo senso de proteção por parte dos homens, que mantinham a ideia de cuidado e responsabilidade pela segurança da policial que antes do uso da farda exercia o papel de mulher.

Para exemplificar o pensamento que circundava o papel da mulher na Polícia Militar sob o olhar da mídia da época, o Jornal A Gazeta traz na reportagem intitulada “Mulher convive com batom e arma na PM” as seguintes falas:

A capitã Sonia do Carmo Grobério, 33 anos, foi uma das pioneiras na Polícia Militar. Conta que a intenção era utilizar o corpo feminino em atividades mais leves ou de caráter assistencial, tais como no aeroporto, Batalhão de Trânsito, em órgãos que lidasse com menores [...].

A sargenta Sheila Cristina Oliveira Cardoso, 26, está se preparando para enfrentar a dura prova de seleção para ingressar no curso de preparação para o Graer. Sabe que é uma longa maratona apenas para conseguir chegar ao curso propriamente dito. “Você não irá conseguir puxar um homem em pleno vôo”, garantiu um oficial tentando desestimulá-la [...].

Companhia de Choque? Ainda não. Não há decretos, leis, regulamentos internos, nada que impeça uma mulher de atuar no Choque, mas nenhuma nunca foi aceita. [...].¹⁵⁴

Outro jornal que noticiou a realização da aula inaugural afirmava que a Companhia de Policiamento Feminina teria sua atuação em locais frequentados por mulheres, crianças e adolescentes e pessoas idosas, situações tais nas quais um policial masculino tinha dificuldade para atuar ou a atuação da mulher pudesse exercer ações de caráter de assistencial.

Segundo a PM4, inicialmente existia certa cautela do comando quanto às atividades desempenhadas por elas, não somente a preocupação por serem mulheres como também o direcionamento para funções femininas que para o comando ainda não eram bem definidas. Em seus relatos, a PM4 pontuou que ao se formarem o grupo

¹⁵⁴ *Jornal A Gazeta*. Vitória, 02 de agosto de 1988.

foi dividido, sendo uma parte para atuar no trânsito e a outra metade para ações direcionadas a aeroportos, adolescentes infratores e áreas de cunho social. Além disso, ela comenta que as mulheres não trabalhavam à noite, mas acrescenta que havia a dificuldade em decorrência da falta de alojamentos femininos. Para elas, o policiamento de trânsito, as próprias policiais consideravam um ambiente mais tranquilo e menos nocivo ao desempenho da atividade da policial feminina.

Sob esse fato a PM7 relatou em entrevista um episódio em que uma mulher presa em flagrante, questionou a ação dela, simplesmente por ela ser uma policial feminina. A acusada quis se recusar a passar pelos procedimentos cabíveis no momento da ação por não ser, segundo a PM7, um policial homem que estava no comando. Para as policiais entrevistadas, inicialmente, a atuação de um homem junto a elas durante uma operação era mais aceitável e respeitosa do que isoladamente. Ela relata ainda que as mulheres ao assumirem determinados pontos de trabalho, preferiam ir junto com um policial masculino a fim de demarcar o território e impor autoridade, para depois seguirem na condução do setor sem a presença do sujeito masculino. Elas relatam que ao tomarem essa atitude, o respeito era mantido sem oferecer rejeição ou resistência por parte da sociedade em geral.

O que se percebe nas narrativas quanto à atuação junto a um policial homem não é o reconhecimento da mulher enquanto incapaz, mas a recusa ainda presente em parte da sociedade quanto ao envolvimento das mulheres nas atividades militares.

Até mesmo o comando aplicava ações que embora fossem entendidas como sinais de zelo, representavam permanências do machismo. O não destacamento para o policiamento noturno, a separação de um espaço específico para as mulheres no quartel, o direcionamento dado às policiais femininas em atividades de cunho mais social ou leve ao mesmo que marcavam uma preocupação em protegê-las, denotava o entendimento quanto a possíveis limitações da mulher.

Segundo a PM1 a inserção da mulher no quartel era tão inesperada pelos homens que, na época da formação, eles muitas vezes não sabiam qual o procedimento deveria ser adotado para a convivência entre os policiais feminino e masculino. A PM1 revela que houve uma separação do espaço físico por uma linha

imaginária dentro do pátio, onde as mulheres ficavam de um lado e os homens do outro, embora durante as aulas houvesse contato entre eles.

De acordo com as entrevistadas, os policiais masculinos, em sua maioria, as receberam educadamente, mas expressavam dúvidas quanto à capacidade da atuação feminina, pois para a PM3 nos anos da década de 1980 os policiais militares homens tinham atitudes grosseiras e agiam mais energicamente diante do transgressor da lei. Tal postura que auxiliava a subestimação da imagem de atuação feminina pode ser percebida no corpo do texto do decreto Nº 2.569-E de 06-05-1983.

Outro ponto debatido nas entrevistas, no que se refere à relação homem e mulher neste contexto, envolve a proibição inicial de as mulheres se casarem mas que após concluir a formação esse direito foi retomado. E mais, se o marido fosse policial militar, o casamento não poderia ocorrer com pessoas de patente inferior.

Quanto à proibição do casamento antes da formação, as mulheres entrevistadas pontuaram que não havia explicações sobre esse procedimento adotado, mas a PM4 avalia que poderia ser devido à múltiplas funções que a mulher exerce quando se está casada como por exemplo, ser mãe, esposa, dona de casa, necessidade essas que podem levar a falta no serviço pelo fato do filho estar doente, dentre outras coisas. Percebe-se na fala desta policial, a possível permanência do entendimento prevalente ao longo do tempo quanto às responsabilidades femininas dominante, quais sejam ser mãe e esposa. Tratava-se da incompatibilidade entre o desempenho da função militar e a da mulher dona de casa.

Estes aspectos marcaram o difícil processo de aceitação das mulheres na prática da atividade da Corporação da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo em seus primeiros anos de ingresso. Sendo a prática da atividade militar um dos claros ambientes de demonstração e valorização da masculinidade, a presença feminina em seu meio, e vista como uma ameaça a sua constituição como reduto simbólico das atribuições do homem.

A quebra da divisão da ordem simbólica entre homens e mulheres gerou reações que buscam reafirmar as diferenciações. Isto pode se dar por meio de ações que aparentemente denotem respeito e gentileza, como supostos elogios que

servam para reforçar as características esperadas da mulher ou por aceitação da divisão do espaço da PM às novas sargentas com a mulher. No primeiro tipo as gentilezas podem servir para classificar a mulher enquanto frágil e submissa e no segundo, a aceitação da coexistência nos mesmos espaços feitas a partir de declarações que, por exemplo, expressem a capacidade de a mulher estar agindo quase como um homem, poder reforçar a ideia da condição anormal destas mulheres.¹⁵⁵

¹⁵⁵ECCEL; ALCADIPANI, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os papéis sociais, em geral na história, foram forjados sob a orientação dos interesses masculinos nas sociedades ideologicamente pautadas no patriarcalismo. A construção dos modelos comportamentais atendeu a busca pela manutenção da ordem de poder entre os sexos, na qual o homem se destacou como prevalente e responsável pelas atividades que representam formas de poder, decisões políticas ou força. Toda atividade de destaque, projeção ou liderança foi ao longo do tempo entendida como campo exclusivo de atuação masculina.

Na medida em que o homem agregou como sua as funções sociais que representam o aspecto público da vida, sobre a mulher pesou a cobrança para a adoção das atividades privadas das relações sociais. Assim, a vida da mulher cada vez mais se orientou pelas questões vinculadas ao lar ou de caráter complementar às atividades do homem.

A solidificação desses modelos comportamentais que davam destaque ao homem limitou por muitos séculos a participação da mulher no cenário social. Vista como incapazes e carentes do controle masculino a mulher foi impedida de executar determinadas funções constituídas como masculinas e que eram prejudiciais à sua condição feminina.

Apesar da naturalização dos aspectos sociais das relações humanas terem colocado, ao longo do tempo, a mulher em condição de inferioridade, se comparada ao homem, esta por sua vez buscou construir uma nova identidade social, ou seja, a mulher tem forçado a reordenação dos papéis sociais, alcançando espaços antes inacessíveis para elas, notadamente nas últimas décadas quando se inseriram maciçamente no mercado de trabalho.

Dentre os espaços que oportunizaram a atuação feminina no mercado de trabalho, a inserção da mulher na Corporação Militar do Estado do Espírito Santo pode ser observada na pesquisa realizada. Nesse ambiente tratou-se de verificar até

que ponto a presença feminina na PMES, sob o olhar de oito mulheres que participaram da primeira turma de sargento, poderia mexer ou mesmo transformar o comportamento dos homens ali inseridos. Nossa hipótese inicial, e que perpassou por todo o trabalho era que essas mulheres sofreram rejeição e foram, dentre outros parâmetros da civilidade, desrespeitadas em sua capacidade de atuar em qualquer segmento da sociedade.

Ao se observar a temática das relações de gênero nas últimas décadas da história da sociedade brasileira e espírito-santense, focando-se especificamente na PMES entre os anos de 1983 e 1988, se percebeu a persistência do machismo na Corporação. As narrativas apresentadas pelas entrevistadas aliadas a outras fontes como os jornais da época subsidiaram a formatação da percepção da rejeição do homem quanto à presença da mulher na Polícia Militar.

Ao longo da leitura das entrevistas e demais fontes, foi possível perceber que por meio do uso de discursos, atitudes explícitas, e práticas de zelo em excesso em relação às policiais femininas, por sua condição de mulher, os homens militares e até mesmo a sociedade apresentavam aspectos de rejeição à inclusão delas na atividade policial. Curiosamente, mesmo entre as mulheres entrevistadas, percebeu-se, em alguns casos, a reprodução do entendimento da existência de modelos comportamentais distinto para os gêneros, mostrando a força das percepções sociais construídas ao longo do tempo.

Ao se orientar, pelo cenário de imposições quanto ao proceder dos indivíduos na sociedade, as entrevistas realizadas com as primeiras sargentas da Polícia Militar do Espírito Santo foram vitais para a constatação da construção de formas de rejeição à inclusão da mulher na atividade militar. Suas falas colocadas à luz da análise histórica permitiram evidenciar as preposições almejadas.

Uma vez marcada pela oposição entre homem e mulher, a representação masculina do homem se formava ao renegar a dor e o medo, sendo guerreiro e capaz de exercer a autoridade. Talhada pelo exemplo de outros homens, a masculinidade era impressa. Desta forma, ao se aceitar mulheres na Polícia Militar, infere-se que não se pode mais aquela distinção. Se certos campos antes eram exclusivos para eles, ao serem gradualmente conquistados por elas, sem passar por todos os ritos que marcaram ao longo do tempo o acesso à masculinidade ocorria o

deslocamento da condição masculina e a conseqüente resposta de rejeição ao estabelecimento de uma nova ordenação social capaz de romper com a desigualdade entre os sexos.

Mesmo a conquista do espaço da mulher na atividade policial não impedia a permanência dos símbolos estigmatizantes sobre o feminino. A participação das mulheres na Polícia Militar aconteceu ligada a significação do aparato ideológico prevalente na sociedade sobre elas.

Naquela época, embora o discurso oficial do Estado, transmitido pelos meios de comunicação, imprimisse a ideia da necessidade da presença da mulher na corporação, não ocorreu a simples aceitação masculina. Os homens, acostumados a manter as barreiras entre os gêneros não apenas como forma de domínio, mas como de garantia da identidade masculina aparentemente aplicaram a rejeição à presença da mulher na Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo.

Assim, a presente pesquisa não deve ser observada como um fim atingido, mas sim como um instrumento que pode servir de base para estimular a continuidade de outros estudos que tenham a intenção de estudar a atuação do feminino no meio de trabalho em uma sociedade na qual há o constante conflito entre as tradicionais e novas interpretações dos papéis sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1760/constituicao_1891_texto.pdf - 10/06/2013>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

BRASIL. *Decreto Lei nº 4.121* de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2013.

Diário oficial do Estado de São Paulo. 13 de maio de 1955. Nº 104. Disponível em: <www.essex.ensino.eb.br/doc/PDF/PCC_2008_CFO_PDF/CD89%201%BA%20Ten%20AI%20RENIANY%20MOURA%20LYRA%20BEZERRA%20DE%20OMENA.pdf> Acesso em: 10 de fevereiro de 2014.

Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> ibge crescimento da participacao feminina no mercado de trabalho>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

Jornal A Gazeta. Vitória, 12 de novembro de 1986.

Jornal A Gazeta. Vitória, 02 de agosto de 1988.

Jornal A Gazeta. Vitória, junho de 1986.

Jornal A tribuna. Vitória. 10 de Julho de 1983.

Jornal O Dia. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/mulheres-fora-do-concurso-para-soldado-da-pm-1.491950>> - Acesso em: 05 de março de 2013.

Nossa história. Site institucional da Polícia Militar do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/institucional/historia.aspx>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-imagens/mulheres/a-mao-de-obra-feminina/>>. Acesso em: 08 de junho de 2013.

82 anos da conquista do voto feminino. Site institucional do Tribunal Regional Eleitoral <<http://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

BIBLIOGRAFIA.

ALVES, Branca Moreira. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

AZEVEDO, Esterzilda Berestein de. *Patrimônio industrial do Brasil*. Usjt. Nº 3. 2010 Disponível: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em 10 junho de 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BATISTA, Jose Alberto; NETO, Jônatas Batista. *Joana D'arc*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, 1990.

BRANDEN, N. *A psicologia do amor romântico*. RJ: Imago, 1992.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMACHO, Thimoteo. *Mulher, trabalho e poder. O machismo nas relações de gênero da UFES*. Vitória: EDUFES, 1997.

CÂMARA, Cristina. CAPPELLIN, Paola. Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90. Contribuições para atualizar o referencial teórico. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva. (orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998. p. 353-352.

CARPITÉRO, Marisa Varanda Teixeira. Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: século XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 123-146.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero*. Disponível em: < http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2013.

COLBARI, Antônia L. *Ética do Trabalho*. São Paulo: Editora Letras e Letras/Ed. da FCAA/UFES, 1995.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antônio Augusto. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1993. p. 15-42

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DANTAS, Marcelo. Masculino, feminino, plural. In: Maria Ester de; DANTAS, Marcelo. (orgs) *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. P. 1-20.

DEL PRIORE, Mary Del. As atitudes da igreja em face da mulher no Brasil colonial. In: MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 171 – 198.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo, SP: contexto, 2000. p. 217-235.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DEMONER, Sonia Maria. *História da Polícia Militar do Espírito Santo: 1835-1985*. Diário da Imprensa Oficial. Vitória/ES, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUBY, Georges; BARTHÉLEMY, Dominique; RONCIÈRE, Charles de La. A vida privada nas casas aristocráticas da renascença feudal. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. (orgs.). *História da Vida Privada*. Da Europa Feudal a Renascença. São Paulo. Cia da Letras, 2011. p. 152-165. V, 2.

ECCEL, Claudia Sirangelo. ALCADIPANI, Rafael. (Re) descobrindo as masculinidades. In: Maria Ester de. DANTAS, Marcelo. (orgs) *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 51-78.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, 2009.

FARGE. Arlete. *Lugares para a história*. Belo horizonte: Autentica Editora, 2011.

FALCONNET, Georges; LEFAUCHEUR, Nadine. *A fabricação do macho*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

FRANCO, Sebastião Pimentel. A instrução feminina e as brechas para o enfrentamento. In: LARANJA, Anselmo; FRANCO, Sebastião; SILVA, Gilvan Ventura da. (org.). *Exclusão social, violência e identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004. p. 53-68.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAICAULT. Monique; COMBES. Danièle. Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classes. In: KARTCHEVSKY. Andrée. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 23-44.

HALL, Catherine. Sweet home. In: *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 47-76 v, 4.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A Antropologia da mulher no Brasil. In: *Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. p. 93-124.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 18-46. V, 4.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A mulher das camadas médias entra no mercado de trabalho. In: MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 191 – 196.

LIMA, Joelma Varão. “*Jornal das senhoras*”: as mulheres e a urbanização na corte. Cadernos CERU v. 21, n. 2, Dez de 2010. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11926/13703>>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.

LOIOLA. Gelson. As mulheres no quadro de combatentes da PMES: 25 anos de participação. In: *Revista Preleção*- publicação institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Ano III, n. 5, abr. 2009. Vitória: PMES/ DEI, 2009. p. 11-36.

LOIOLA, Gelson. PMES: mais de 172 anos de história. In: *Revista Preleção* - publicação institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Ano I, n. 1, abr. 2007. Vitória: PMES/ DEI, 2007. p. 19-42.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MAZINI, Eduardo José. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsepeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

MELLO, Soraia Carolina de. O emprego doméstico do Mulherio (1981-1988). In: *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 23, 2009. p.214-230.

MOREIRA, Rosemeri. O discurso maternalista e a construção da “polícia feminina”: dominação simbólica, negociação ou ressignificação? In: *Anais do Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9: Diáspora, diversidade, deslocamentos – 23 a 26 de agosto de 2010*. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278283718_ARQUIVO0_Odiscuromaternalistaeaconstruãoda.pdf> acesso em: 11 de outubro de 2013.

NADER, Maria Beatriz. A condição masculina na sociedade. In: *Dimensões – Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14. 2002. p. 461-480.

NADER, Maria Beatriz. Movimento feminista e a afirmação da cidadania: a luta contra a violência de gênero. In: CAMPOS, Adriana Pereira [et al.]. *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM Editora; Paris: Université de Paris – Est, 2010. p. 307-322.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

NADER, Maria Beatriz. *Paradoxo do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho*. Vitória: Edufes, 2008.

NETO, Maria Inácia d’ Avila. *O autoritarismo e a mulher: o Jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

NEVES, Márcia. *A violência contra a mulher no mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

NOLASCO, Socrates. O masculino: um dilema contemporâneo? In: *O mito da masculinidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 17-49.

NOVAES, Maria Estella de. *História do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, s/d

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PERNOUD, Régine. *A mulher nos tempos das cruzadas*. Campinas. SP: Papyrus, 1993.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo. Perseu, 2003.

POSTHUMA, Ane Caroline. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, Lais. ABREU, Alice Rangel de Paiva. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

PRADO, Danta. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIES, Phelippe; DUBY, George. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 13-137. V, 4.

KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. *O martelo das feiticeiras: malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2011.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. In: *Revista Estudos Feministas*. V. 20 n. 1. Florianópolis. Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000100004&script=sci_arttext>. acesso em: 09 de junho de 2013.

ROCHA, Luiz Carlos. *Organização policial brasileira*: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária, Polícias Civis, Polícias Militares, Guardas Municipais. São Paulo: Saraiva. 1991.

ROUSSEAU, Jean Jacques, *O contrato Social*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. La mujer em la historiografia latino-americana reciente. In. SANCHEZ, Jorge Nûnez. *Historia de la mujer y la família*. Quito: Ed. Nacional, s/d.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. *Vestindo a farda*: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná. Disponível em: < www.uel.br/pos/mesthis/abed/anais/AndreiaMazurokSchactae.doc> Acesso em 20 de fevereiro 2014.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano*: o caso da Grande Vitória – 1950-1980. Vitória: Grafitus, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 5-21

SOARES. Barbara Musumeci. *Mulheres policiais*: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005

SOUZA LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ULSON, Glauco. Ser homem nos dias atuais. In. BOECHAT, W. (Org.). *O masculino em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 72-80.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstância pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

VALE, Maria Leila Rezende do. ZELAYA, Maura Ligia. A mulher brasileira, realidades, desafios e tendências estruturais. In: *Revista Simposium* v. 3 n. 2. Lavras: Fadminas. 2005. p. 102-106.